

Julho de 2015

58

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS

CONTEÚDO
LIVRE
DE DIREITOS
AUTORAIS



Colômbia, um povo que resiste

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações Coeditoras

Ação Ecológica

notransgenicos@accioneologica.org

Ação pela Biodiversidade

agenciabiodla@gmail.com

Campanha das Sementes da Via Campesina – Anamuri

internacional@anamuri.cl

Centro Ecológico

rebiodiversidade@centroecologico.org.br

CLOC-Via Campesina

secretaria.cloc.vc@gmail.com

GRAIN

carlos@grain.org

Grupo ETC

etcmexico@etcgroup.org

Grupo Sementes

semillas@semillas.org.co

Rede de Coordenação em Biodiversidade

rcbcostarica@gmail.com

REDES-AT Uruguay

biodiv@redes.org.uy

Sobrevivência

biodiverst@sobrevivencia.org.py

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina

M^a. Eugenia Jeria, Argentina

M^a José Guazzelli, Brasil

Valter Israel da Silva, Brasil

Germán Vélez, Colômbia

Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica

Henry Picado, Costa Rica

Camila Montecinos, Chile

Francisca Rodríguez, Chile

Elizabeth Bravo, Equador

M^a Fernanda Vallejo, Equador

Silvia Ribeiro, México

Verónica Villa, México

David Cardozo, Paraguai

Norma Giménez, Paraguai

Martin Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente

sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera Herrera

constelacion@laneta.apc.org

ramon@grain.org

Diagramação

Versão em Castelhana:

Daniel Passarge

danielpassarge@gmail.com

Versão em Português:

Tradução:

Valter Israel da Silva

Depósito Legal núm. 340.492/07

Edición amparada en el decreto 218/996

(Comisión del Papel)

issn: 07977-888X

EDITORIAL	1
Como resistir às forças do esquecimento / <i>John Berger</i>	1
<hr/>	
Concentração de terras na Colômbia / <i>Omar Felipe Giraldo</i>	4
Elementos chaves para o entendimento das lutas agrárias na Colômbia / <i>Milton Pérez Espitia*</i>	8
Territórios Agroalimentares / <i>CNA Coordenador Nacional Agrário</i>	13
<i>Convite de saberes de protetores e guardiões de sementes</i> Encontro Nacional da Rede Sementes Livres da Colômbia	16
Declaração Política do XI Congresso / <i>Fensuagro</i>	18
Terras e pós-conflito / <i>Alfredo Molano Bravo</i>	21
<hr/>	
UMA PANORÂMICA E MUITAS VISTAS	22
Colômbia: um povo que resiste	
<hr/>	
ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIA, RELATOS	30
Documento Constitutivo da União de Cientistas Comprometidos com a Sociedade e a Natureza da América Latina (UCCSNAL) / Tribunais de arbitragem o TTIP e a privatização da Justiça	
<hr/>	
MITOS	37
Os dispêndios e despropósitos em nome do clima na Colômbia / <i>Grupo Semillas</i>	

A capa e as fotos que acompanham este número sobre a Colômbia nos proporcionadas amavelmente por Viviana Sánchez, coordenadora de comunicação e construção de redes do Grupo Semillas. Foram tiradas por ela em diversas localidades e regiões da Colômbia e retratam com luxo de detalhes o corajoso e digno trabalho de milhões de camponeses e camponesas para quem o dia e a noite são parte de uma longa travessia pelo ano para cumprir com os cuidados necessários para que a vida siga, cuidando, plantando, e colhendo, selecionando sementes, limpando, adubando, aplicando o que for necessário para que seus cultivos sejam saudáveis e abundantes. Podem também se dedicar aos lácteos, a pesca, ao café, à cana e seus derivados, à floricultura. Mas, desde todas as regiões as pessoas reivindicam seus territórios, suas sementes e sua paixão por cuidar do futuro a cada instante.

Agradecemos o apoio da Fundação Siemenpuu, de Elankidetza – Agencia Basca de Cooperação para o Desenvolvimento, da Fundação Swift, e da Fundação Rosa Luxemburgo.

“Esta publicação foi financiada com recursos da FRL com fundos do Ministério Federal de Cooperação Econômica e de Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha”.



A foto da capa nos mostra o trabalho duro, constante e valente de camponesas e camponeses da Colômbia em sua resistência habitual contra todas as forças e obstáculos que o Estado e as corporações lhes impõem cotidianamente, tentando desabilitar seus esforços, e assim tê-los submissos e em situação de precariedade: condição necessária para lhes impor os mais depreciáveis desígnios. Mas todas estas pessoas, e as comunidades a que pertencem, seguem em suas lutas e não cessarão jamais. Este número da Biodiversidade, sustento e culturas, dedicamos quase que por inteiro a celebrar estas lutas, e ao povo de nossa irmã Colômbia.

Como uma figura que nos brinde uma ressonância a esta luta, cedemos o editorial a John Berger, com suas reflexões publicadas no La Jornada Semanal, suplemento dominical do La Jornada em 28 de junho deste ano.

Como resistir às forças do esquecimento

John Berger



Há algumas semanas o quadro *Les femmes d'Alger*, pintado por Picasso em 1955 (há 60 anos), foi vendido em Christie's de Nova York pela soma de 180 milhões de dólares. Parte da decisão de pintá-lo foi inspirada pelo desejo de anunciar seu respaldo ao povo argelino em sua luta e sua guerra contra o colonialismo francês, que havia começado um ano antes.

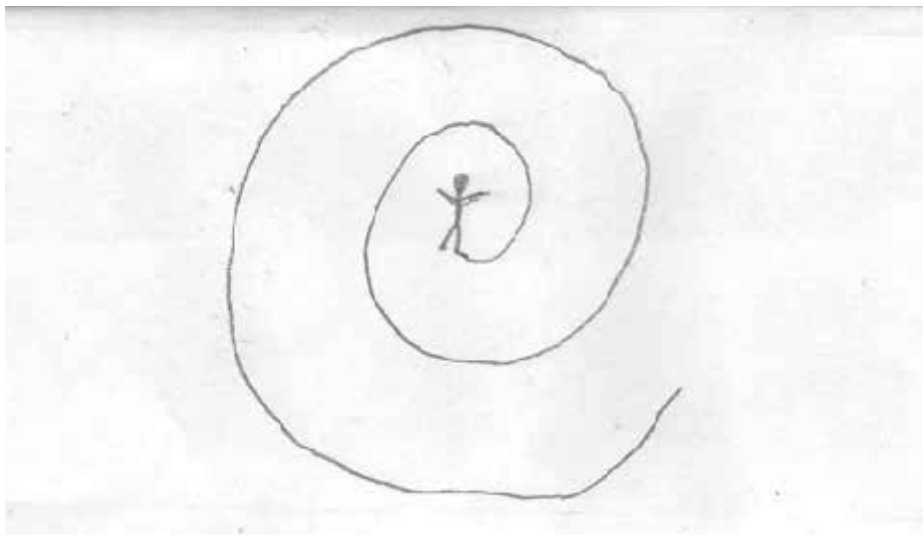
Hoje é o dia da Ascensão, quarenta dias depois da Páscoa. Segundo os Evangelhos, este foi o dia em que Cristo, como testemunharam seus discípulos, ascendeu

pelo ar para os céus. E na terra o povo ficou abandonado a sua sorte.

Mensagem – não falta dizer mais nada – pois nunca podem verbalizar-se, e que não estão dirigidos particularmente a nós. É possível “ler” as aparências naturais como textos?

Para mim não há nada místico neste exercício de desenho. É um exercício gestual cujo propósito é responder a diferentes ritos e formas de energia – que gosto de imaginar como textos de uma linguagem que não nos foi oferecida para ler. E não obstante, conforme esboço o texto me identifico fisicamente com a coisa que estou desenhando e com a incomensurável língua mãe em que está escrito.

2



Na ordem global totalitária do capitalismo financeiro especulativo em que vivemos, os meios não deixam de nos bombardear com informação, mas esta informação é quase sempre uma diversão planejada, que nos distrai a atenção do que é certo, essencial e urgente.

Muita desta informação tem haver com o que alguma vez chamamos política, mas agora a política foi submetida pela ditadura global do capitalismo especulativo, com seus comerciantes e grupos bancários de pressão.

Os políticos, tanto de direita como de esquerda, continuam em seus debates, em suas votações, na aprovação de resoluções, como se não fosse assim. O resultado é que seu discurso não se refere a nada. É inconsistente. As palavras e os termos que utilizam e repetem – como terrorismo, democracia, flexibilidade – se esvaziaram de qualquer significado. Por toda parte do mundo seus públicos seguem suas cabeças falantes nas quais se observam um interminável exercício escolar ou uma aula onde aprenderam retórica. Pura merda.

Outro capítulo da informação com que nos bombardeiam se concentra no espetacular, nos eventos violentos e chocantes, onde queira que ocorram pelo mundo. Assaltos, terremotos, embarcações capturadas, insurreições, massacres. Uma vez mostrados, qualquer espetáculo é substituído por outro.



Juntamos a isto a prática linguística utilizada pelos meios em sua representação e descrição do mundo. É muito próxima da linguagem e lógica dos especialistas em administração e gestão. Quantifica tudo e quase não faz referência a substância ou a qualidade. Ocupa-se das percentagens, das mudanças nas pesquisas de opinião, das cifras do desemprego, as taxas de crescimento, as crescentes dívidas, as estimativas de dióxido de carbono, etcétera, etcétera. É uma voz que se sente bem com os dígitos, mas nada tem haver com os corpos vivos, ou com os que sofrem. E não fala nem de arrependimentos nem de esperanças.

3

Então, o que se diz publicamente e o modo em que se diz promovem uma espécie de amnésia cívica e histórica. A experiência nos é tirada. Os horizontes do passado e futuro se apagam. Estamos sendo condicionados a viver em um interminável e incerto presente, reduzidos a ser cidadão no Estado do Esquecimento.

Enquanto o que acontece em nosso redor vai de mal a pior. O planeta se aquece. A riqueza do planeta está sendo concentrada em menos e menos mãos, enquanto a maioria está mal alimentada, não encontra outra coisa que comida ruim ou passa fome. Mais e mais milhões de pessoas estão sendo forçadas a emigrar com ínfimas possibilidades de sobreviver. As condições de trabalho se tornam mais e mais desumanas.

Aqueles que estão prontos para protestar contra o que ocorre hoje, ou resistir frente a estas forças, são Mercenários. Mas os meios políticos para fazê-lo neste momento são pouco claros ou estão ausentes. Necessitam tempo para se desenvolver, assim que é preciso esperar. Mas como esperar em tais circunstâncias? Como esperar nesta condição de esquecimento?

Recordemos que o tempo, como explicaram Eistein e outros físicos, não é linear e sim circular. Nossas vidas não são pontos em uma linha – uma linha que hoje é amputada pela voracidade instantânea da ordem capitalista global sem precedentes. Não somos pontos em uma linha, somos os centros de círculos.

Tais círculos nos rodeiam com testamentos dirigidos a nós por nossos predecessores desde a Idade da Pedra, e por textos que não se dirigem a nós, mas que nós presenciamos. São textos da natureza, do universo, e nos recordam que a simetria coexiste com o caos, que o ingênuo pode burlar as fatalidades, que o que desejamos nos tranquiliza mais que as promessas.

Então, mantidos pelo que herdamos do passado e pelo que testemunhamos, teremos a coragem para resistir e continuar resistindo em circunstâncias ainda inimagináveis. Aprenderemos a esperar na solidariedade.

E ao infinito seguiremos valorizando que juremos e maldigamos em todas as línguas que conhecemos.

Tradução RVH

Concentração de terras na Colômbia

Omar Felipe Giraldo¹

4

Desde inícios do século, nos territórios latino-americanos e do Caribe, assim como em muitas outras regiões do sul global, vem ganhando força um inusitado interesse por adquirir terras por meio de todos os repertórios da concentração – incluída a persuasão ou a expulsão –, a fim de instaurar cultivos que podem ser destinados a bioenergia, material industrial, alimentação humana ou alimentação animal, mas também para o estabelecimento de outros plantios comerciais, pastagens, plantações florestais, extração de minerais e petróleo, e a instalação de represas hidroelétricas. O fenômeno é de tal envergadura que o observatório global Landmatrix² registra transações por 5 milhões 600 mil hectares desde o ano 2000, quer dizer: uma superfície superior a totalidade da Costa Rica. A pesar do escandaloso que possa resultar esta cifra, a concentração de terras na região é ainda muito pior, pois nesta extensão, só se tem em conta acordos realizados por estrangeiros em áreas maiores que 200 hectares nos que existe uma mudança na produção de pequena para grande escala, além de que unicamente se consideram transações transparentes, e de que existe um sub-registro, pela dificuldade de contabilizar outras modalidades de concentração.

Na Colômbia a gravidade do problema pode ser evidenciada não só pelos dados fornecidos por Landmatrix, mas sobre tudo pelas mudanças no índice de Gini: indicador que demonstra a iniquidade na repartição das terras em um país³. De acordo com este índice, entre os anos 2000 e 2012 a Colômbia piorou sua já inequitativa distribuição de terras – uma das mais altas do mundo – de 0,85 a 0,87, o qual é alarmante, se considerarmos que a concentração tendeu a se incrementar com particular intensidade a partir do ano 2005, até afetar 56,5% dos municípios do país. O fenômeno da concentração pode também ser constatado no aumento da desigualdade da propriedade rural, pois as fazendas maiores de 500 hectares, que vinte

anos atrás correspondiam a 32% da terra, hoje chegam a ocupar 62% da superfície nacional, sendo menos de 4% dos proprietários⁴.

A concentração da propriedade tem sido uma característica histórica do campo colombiano, o que poderia ser explicado, entre outras causas, pela desigualdade em sua distribuição durante a Colônia; pelas particularidades do processo de colonização do país; pelas diversas políticas de estabelecimentos de baldios; e pelos despejos em consequência de conflitos armados que o país vem enfrentando ao longo de sua história.

Hoje se torna evidente que enfrentamos um novo ciclo de acumulação capitalista caracterizado por um renovado interesse em alguns grandes investidores – legais e ilegais –, em controlar terras para monopolizar a agricultura, a biodiversidade, as matas, a água, os minerais, o petróleo, e as rotas do narcotráfico, em uma ofensiva extrativista de acumulação por expulsão, o que converteu a Colômbia no segundo país do mundo com maior número de conflitos ambientais.

O auge mineiro-energético é seguramente o que mais distingue este novo ciclo de expansão do capitalismo na Colômbia. Este efeito, desde o ano de 2002 até hoje, a área concessionada para trabalhos mineiros – principalmente para transnacionais – cresceu de 1 milhão e 130 para 5 milhões e 700 mil hectares, quer dizer, alcançou uma área equivalente a 5% do território nacional⁵, um crescimento impressionante que seria pouco se o objetivo do governo Juan Manuel Santos, de expandir as áreas mineiras até alcançar 20 milhões de hectares fosse alcançado. Chegaria a 20,3% do país⁶. Isso sem contar com a enorme quantidade de hectares em poder da mineração ilegal, que está associada em muitas ocasiões a grupos criminosos, e ao fato de que para o petróleo, têm assinadas 30 milhões de hectares para sondagem e 2 milhões e 500 mil hectares para a exploração⁷.



Os preços exorbitantes dos minerais como o ouro, o carvão, a platina, a rocha fosfórica, o cobre, o manganês, o níquel, o coltan e os elevados preços do petróleo durante os primeiros anos do século XXI, provocaram um crescente interesse do grande capital por se apropriar do sustento natural do que depende o sistema econômico, com o propósito de abrir um novo processo de acumulação de capital.

Mas a relação entre a geração de energia e a concentração de terras não se limita ao petróleo e ao carvão. A construção de quatro projetos hidroelétricos – Hidrosogamoso, El Quimbo, Hidroituango e Porvenir II – gerou o controle sobre 20.586 hectares, enquanto que avança a concentração da terra para a implantação de monocultivos de cana de açúcar e palma azeiteira destinada à geração de agro combustível. Estamos falando de um incremento de zero para 41.000 hectares plantados com cana de açúcar para biodiesel, e de 157.000 para 476.000 hectares cultivados com palma no período compreendido entre 2000 e 2013⁸.

O latifúndio pecuarista segue tendo responsabilidade na concentração de terras, ao ter aumentado a superfície plantada com pastos em 470.000 hectares nos primeiros doze anos do século XXI⁹.

É importante esclarecer que na Colômbia ter terra simboliza riqueza, prestígio e poder. É necessário então não esquecer que o interesse de manter enormes propriedades para a pecuária extensiva muitas vezes associada à especulação, e em ocasiões vinculado ao controle territorial para atividades do narcotráfico. A produção florestal também está implicada em concentrar terras na Colômbia, pois a área destinada a reflorestamento comercial e borracha aumentou de 174 mil hectares no início do milênio à quase 500 mil em 2013. Se consolidarmos os dados da agroindústria e a atividade florestal, teremos que nos primeiros treze anos deste século aumentou em 1.370.000 hectares a superfície agrícola e florestal latifundiária¹⁰.

Atenção especial merece o caso da altillanura colombiana, uma planície de quase sete milhões de hectares que faz parte da Orinoquia: um ecossistema megadiverso considerado pelos últimos governos como a última fronteira agrícola do país. O objetivo dos governos de Uribe e de Santos consiste em implantar o modelo agroindustrial do Cerrado brasileiro sobre ao menos quatro milhões de hectares para o estabelecimento de cultivos de palma azeiteira, cana de açúcar, soja, milho, arroz, e plantios florestais comerciais. Ainda que este



objetivo não tenha conseguido iniciar com a celeridade que os grandes investidores queriam, por problemas de regulação sobre propriedades de terras baldias, e devido a que várias iniciativas fracassaram em seu propósito de eliminar os obstáculos legislativos que impedem a acumulação de terras, não há dúvidas que a concentração de terras no futuro próximo se voltará para esta vasta região do país.

Não se sabe com certeza quanta terra da atividade do agronegócio nem quanta do boom mineiro-energético mudou de mãos e passou a estar sob o poder de grandes proprietários, mas a julgar pela intensidade dos investimentos em projetos mineiros, hidroelétricos, petroleiros, agroindustriais, florestais e pecuários, poderia suspeitar que o fenômeno fosse muito pior do que até agora foi considerado.

Em termos dos efeitos socioambientais, esta

massiva apropriação da natureza por parte do grande capital está se expressando no despejo das terras de comunidades rurais indígenas; na proletarianização de camponeses despossuídos que se tornam trabalhadores sem terra ou em migrantes que engrossam os cinturões da miséria das cidades; em profundas mudanças paisagísticas que reconfiguram os modos de vida dos habitantes atrapalhados em meio às plantações de monocultivos; e na desertificação verde. Os registros indicam que os conflitos gerados por esta onda extrativista afetam de maneira direta a mais de oito milhões de colombianos e seus impactos diretos ocorrem em mais de dois milhões e meio de hectares¹¹.

Mas o fenômeno da concentração de terras não se limita a concentração direta das terras ao velho uso do despejo direto. Também existem outros meios muito mais discretos de exercício do poder. O dispositivo consiste em que o grande capital, em conluio com o aparato estatal, coloca a sua disposição muitas propriedades de pequenos produtores para usufruir delas sem mediar sua expulsão, ao mesmo tempo em que se legitima a implantação de grandes unidades agroindustriais sob o discurso da inclusão dos camponeses aos benefícios dos investimentos agroindustriais.

As Alianças Produtivas implantadas desde o final da década de noventa resultam bastante ilustrativas desta estratégia de concentração. O objetivo de dita política consiste em que os camponeses se convertem em “sócios” das empresas de palma azeiteira, para o que existe uma figura em que os primeiros disponibilizam a terra e sua força de trabalho, enquanto que os segundos adéquam às terras, compram a produção, fornecem insumos, assistência técnica, e gestionam os créditos e incentivos. Os pequenos palmicultores ficam obrigados a vender a colheita à empresa durante 20 a 30 anos, muitas vezes a preços inferiores ao mercado. Quando os camponeses entregam o fruto, a empresa desconta as dívidas adquiridas pela assistência técnica e os insumos, ao qual também se deve pagar o crédito contraído¹².

Na realidade, da mesma forma que as Alianças Produtivas, a maioria – se não todos os programas de desenvolvimento rural e projetos produtivos para a substituição de cultivos ilícitos –, estão orientados a inserir os camponeses nas cadeias produtivas de alto valor para a exportação. A tarefa que antes fazia o Estado para levar a Revolução Verde às famílias camponesas, na atualidade se pretende transferir aos empresários agroindustriais, que se tornam muito poderosos, na medida em que as decisões sobre o que acontece em vastos territórios rurais terminam sob seu



poder. Isto mostra claramente que a concentração não se limita a uma simples monopolização de terras por parte de alguns investidores privados: é toda uma forma de controle territorial.

Para concentrar nem sempre é estratégico se adonar diretamente das terras. Às vezes é mais efetivo não desterrar os moradores de suas terras e sim incluí-los servilmente nos poderosos investimentos, enquanto as empresas se servem deles para aumentar e aumentar seus lucros. O grande capital necessita tirar de cima tudo que estorve seus macroprojetos de investimento, e isso inclui às comunidades que defendem seus territórios, e a maneira mais legítima de fazê-lo é incorporá-las subordinadas a geopolítica do desenvolvimento agropecuário da grande plantação.

O anterior significa também prescindir das guerrilhas, que com suas ações violentas mantêm ainda o controle sobre muitos territórios valiosos, impedindo inserir seus corpos naturais aos fluxos da globalização neoliberal.

O capitalismo sobrevive graças a constante expansão geográfica, o que esclarece o relativo consenso que existe na elite econômica de assinar um acordo para por fim no conflito armado colombiano, e abrir assim, o caminho para a liberação de territórios que requerem concentrar para logo se apoderar das suculentas rendas da atividade extrativa.

É preciso estar atento, pois eventual pós-conflito pode dar início a um aprofundamento desta nova etapa da acumulação por expulsão, um acréscimo desta guerra que se declarou contra a natureza, um maior impulso a este ciclo de cercamento e privatização do comum, e um novo grande pacto entre o Estado e os investidores para integrar cada rincão da geografia nacional às dinâmicas da valorização do capital.

Notas:

- 1 Doutor em Ciências Agrárias. Pesquisador de Cátedras Conacyt vinculada a El Colegio de la Frontera Sur, México.
- 2 www.landmatrix.org
- 3 No índice Gini quanto mais próximo a 1, é mais inequitativa a repartição da terra, enquanto que mais próxima a 0, menor é a inequidade.
- 4 Instituto Geográfico Agustín Codazzi (2012) “Atlas de la distribución de la propiedad rural en Colombia”, (Atlas da distribuição da propriedade rural na Colômbia) Bogotá, Imprensa Nacional da Colômbia.
- 5 Dados Oficiais da Agencia Nacional de Mineración.
- 6 La Silla Vacía, (A cadeira vazia) “Golpe a la política minera de Santos” (Golpe à política de mineração de Santos). <http://lasillavacia.com/queridodiario/golpe-la-politica-minera-de-santos-50328>
- 7 Salinas, y. (2012) “El caso de Colombia”, (O caso da Colômbia) Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe: Concentración y Extranjerización, Roma: FAO (Dinámicas do Mercado de Terras na América Latina e Caribe: Concentração e Extranjerização). Roma: FAO
- 8 Estadísticas Agroforestais 1987-2013, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- 9 Cifras da Pesquisa Nacional Agropecuária 2001 y 2013
- 10 Estadísticas Agroforestais 1987-2013, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- 11 Informação tirada do Atlas de Justiça Ambiental <http://www.ejatlases.org/>
- 12 Suárez, Aurelio (2013) “Pacto agrario en Colombia, ¿a lo Cargill siglo XXI?”, Confidencial Colombia (“Pacto Agrário na Colômbia. A Cargill Século XXI?” Confidencial Colômbia).

Elementos chaves para o entendimento das lutas agrárias na Colômbia

Milton Pérez Espitia*

8

Na história da questão agrária o problema recorrente é a apropriação privada e a concentração da terra. Não obstante, esta é uma dinâmica, entre outras com igual importância, para entender o problema agrário. É meu propósito apresentar velhos elementos da discussão sobre o problema agrário, descuidados no debate. Estes elementos são chaves para entender a comunidade e o território como totalidade sobre a terra, o trabalho, o alimento, os saberes e as tecnologias: enquanto a sua relação recíproca e o que significa para

as comunidades locais e a sociedade em geral.

Sobre a terra e as dinâmicas de apropriação privada e concentração da mesma, existem suficientes estudos que demonstram a iniquidade e ineficiência que isso significa¹. Não obstante, se discutiu a dinâmica consequente, a separação do trabalho com a terra, o qual significa a dissolução da propriedade coletiva da terra, o controle social do território e seus recursos. Disto emerge que uma das lutas sobre a terra é seu significado, tanto como sua disposição e apropria-

ção.

A terra tem sido utilizada para controle político do território e da população. O latifúndio não só captura rendas de algo que não produziu, mas também configura uma sociedade latifundiária, com senhores regionais autoritários que dispõem sobre as formas de subsistência dos habitantes e do trabalho que os camponeses sem terra empreendem na busca de um lugar mediante a colonização². Os latifundiários tentam não perder seus privilégios mediante o controle da terra, frente à luta das comunidades de



assentamento e a dos colonos por ter um sítio onde se assentar e trabalhar.

Se a terra é utilizada como acessório da cidade, a indústria e o sistema financeiro, o uso da terra estará em função destes e não da produção de alimentos, salvo que estes permitam a geração de lucro e ingressos monetários. Esta é a cruzada das grandes corporações internacionais pelo controle do território mediante o “cluster” energético e agroindustrial, a bancarização e as mercadorias agrárias de exportação que se negociam nas bolsas de valores.

Frente a isso, as lutas camponesas, na década de trinta, como as atuais, não só exigem o acesso à terra, senão a livre disposição da mesma³. As lutas agrárias buscam o acesso a terra, mas também seu controle, o que implica lutas contra um acesso a terra condicionado a projetos produtivos estratégicos (antes café, agora agros combustíveis), à transferência técnica (Revolução Verde com a mudança ao café caturra, a batata única, entre outras que implicam uma dependência de agrotóxicos), ao submetimento aos critérios dos investidores (nova encomenda do intermediário) e a articulação com o sistema financeiro⁴.

Para que a terra seja utilizada como base da identidade comunitária, são necessárias dinâmicas de apropriação e uso da terra de forma coletiva e autônoma, sustentadas em direitos consuetudinários, e buscando a distribuição de direitos, saberes, práticas, usos e benefícios⁵. Esta é e tem sido a luta dos povos indígenas e das comunidades negras e afrodescendentes durante séculos, reafirmada há décadas por comunidades e organizações camponesas, e mais recentemente por outros movimentos

sociais.

O trabalho e sua relação com a terra. Supor a ineficiência da economia camponesa permitiu a aplicação de políticas anti camponesas na Colômbia, pelo menos desde a década de 1970 até final da década de 1990, que justificaram incentivos para a migração para as cidades afirmando que existia um excesso de força de trabalho no campo⁶, neste momento, estas ideias são postas em questionamento, demonstrando que a economia camponesa é mais eficiente em termos produtivos⁷ e energéticos⁸.

A luta pelo território e a terra camponesa se desdobra, depois de reconhecer sua eficiência econômica e importância para a sociedade, em termos de definir seu objetivo.

As correntes que defendem o trabalho e a terra camponesa são várias. Por um lado, aquela que propõe um pequeno produtor empresarial, articulado ao mercado, ao setor industrial e financeiro como provedores de matérias primas, com formas de trabalho assalariado e com tecnologias dependentes do petróleo, das corporações internacionais e da banca internacional. O objetivo é que os pequenos produtores gerem ingressos para consumir no mercado de produtos processados (incluindo aqueles que eles mesmos podem produzir) e financeiros (por exemplo, o crédito), para que arrendem as terras controladas por certo grupo social ou pelo Estado (no mercado de arrendamento de terras).⁹

Por outro lado, está a economia camponesa que se inclina para a manutenção da família e da entidade comunitária, o qual implica que a terra e o trabalho estejam em função da reprodução social da família e da comunidade, e, portanto, sob

seu controle. Aqui o camponês é um pequeno produtor, tendo em vista que a produção de alimentos implica outra série de saberes e práticas que fazem da vida coletiva camponesa e étnica uma totalidade, exemplo disto são as economias camponesas anfíbias e de pescadores ou as comunidades camponesas com manufatura própria que processam seus produtos e os convertem em tecidos, aperos e utensílios.

A economia camponesa desmente a ideia de que a indústria é a única que agrega valor a produção, e revela a capacidade de autossuficiência e autonomia das comunidades com economias camponesas que tem como objetivo o bem estar de seu núcleo familiar e comunitário, ao não depender do setor industrial nem financeiro, das relações salariais no trabalho, do comércio exterior, da tecnologia externa a unidade de produção e, portanto, dos monopólios corporativos que controlam estes espaços da economia. Daí que as lutas agrárias também convergem umas relações de poder pelo acesso e controle de alimentos, dos saberes e das tecnologias. Isto, no entanto, não nega relações com o mercado quando produzem para estes e não quando se apresentam a elas com o objetivo de produzir para a família e a comunidade.

O político dos alimentos. Não há nada mais político que o acesso e o controle sobre os alimentos. Não há situação que revele de melhor maneira a iniquidade do modelo de desenvolvimento atual que na contemporaneidade se tenha a capacidade para alimentar a totalidade da população mundial e ainda assim tenhamos dados sobre mortes por fome. O caso colombiano revela a contradição de uma política que fomenta a produção de cultivos



não alimentícios ou de exportação (flores, florestais, agro combustíveis e cereais para alimentar gado), e a desatenção sobre a situação de fome e desnutrição de certos grupos da população¹⁰.

A produção da fome faz parte da história da dominação latifundiária e capitalista. Faz parte da lógica dos latifundiários e dos capitalistas, não só com

a falta de acesso a terra e ao trabalho, senão também mediante a negação de acesso ao fundo de subsistência das comunidades. Esta perda do fundo de subsistência ocorreu mediante a mudança produtiva das comunidades (especialização e monetarização) e com o posicionamento da agroindústria.

Primeiro: Parece ironia que

na atualidade os povoadores do campo padeçam problemas de desnutrição, não obstante, as formas de dominação e o modelo de desenvolvimento colocaram como reprovável que as economias camponesas se preocupem por sua subsistência (cultivos associados de cereais e intercâmbios solidários de produtos e trabalho) e, por outro lado, exigem que estas produzam excedentes para o mercado (cultivos especializados para a troca por dinheiro), para assim gerar ingressos monetários que lhes permitam consumir.¹¹

Segundo: A agroindústria supõe grandes extensões dos denominados “desertos verdes”, dedicados a produção extensiva de agro combustível utilizada para alimentar máquinas de combustão, ou cereais para a pecuária – que ocupa outro tanto de grandes extensões. Isto se constrói sobre o esvaziamento das terras ocupadas antes por comunidades camponesas, com a expulsão da força de trabalho do campo para a cidade e com a mudança de dietas locais diversificadas por dietas padronizadas globais.

Frente a isso emergem as lutas por segurança, soberania e autonomia alimentar, mobilizando e articulando não só as comunidades camponesas de todo o mundo, mas também as comunidades dos bairros urbanos, organizações ambientais, culturais, de trabalhadores e de direitos humanos¹². Isto é motivado pelas transformações no sistema agroalimentar que opera em função da concentração de poder e a acumulação de capital. O que significa uma tendência à perda de diversidade alimentar e ao direito a alimentação e, por este caminho, também uma perda de diversidade biológica e cultural, uma ameaça a formas de vida e de



território, diferentes às do capital. Esta é a luta das zonas de reserva alimentar¹³.

O político dos saberes e da tecnologia: As lógicas do poder sobre o saber e o saber fazer são, pelo menos, de duas vias: por um lado a lógica da negação sobre os conhecimentos diferentes ao que prevalece de outro lado, a captura das rendas dos saberes transformados em mercadorias.

No passado era comum negar a existência de outras formas de vida e de pensamento consideradas como inferiores, de cosmo visão diferentes da hegemônica¹⁴. Tal discriminação ainda está vigente: os estudos sobre um território determinam que se deve e não se deve fazer ali, e qual é o papel dos povoadores no plano traçado pelos técnicos, como se o território e as comunidades fossem páginas em branco que devem ser preenchidas pelos especialistas mediante a reconversão produtiva ou a transferência tecnológica. O determinismo ambiental do capital (eco fascismo) pode

ser tão justificante da expulsão como o determinismo mercantilista do território, quando se desconhece os saberes, as práticas e as tecnologias que as comunidades construíram durante seu histórico assentamento em um lugar¹⁵.

A outra lógica do poder sobre o saber consiste na captura das rendas mediante a revalorização de saberes e práticas subordinadas, controladas mediante os direitos do capital com mecanismos como as patentes. A etnobotânica funcional às grandes corporações farmacêuticas ou de materiais sintéticos é um claro exemplo da potencia que tem o conhecimento fundado sobre a pesquisa camponesa e étnica. Para o capital é uma oportunidade de captura de rendas expropriando o conhecimento produzido pelos camponeses e as comunidades.

As duas lógicas anteriores se somam à captura de rendas via monopsonio tecnológico¹⁶. As grandes corporações tecnológi-

cas que lograram controlar o mercado de sementes (certificadas e de organismos geneticamente modificados), de insumos (agrotóxicos sintéticos ou petro dependentes) e de maquinara, o fizeram mediante a montagem do que se conhece como “pacote tecnológico”. Um camponês que se vê obrigado a comprar uma semente certificada se vê obrigado ao mesmo tempo a comprar os agrotóxicos e a maquinaria que exige a corporação para obter o resultado prometido, ainda que não garantido¹⁷.

Em síntese, a produção do conhecimento por parte das comunidades de assentamento é um vasto campo de saber de acordo com as experiências particulares baseadas no lugar do assentamento, e uma forma de luta pelo território¹⁸. Quem controla a produção ou invisibilização do conhecimento, determina que podem fazer ou não os habitantes sobre o território. Quem controla a difusão e o uso de conhecimento

determina as lógicas de produção, bem para a manutenção da família e a comunidade, ou bem para a acumulação de capital e concentração de poder. Esta é a luta das comunidades que configuram territórios livres de transgênicos¹⁹.

A forma de conclusão: Os latifundiários antes, e as grandes empresas agora, desprendem seu poder para concentrar as fontes energéticas, hídricas e de terra controlando a oferta de recursos (minerais, petróleo, água, etc.). Os engenhos e plantações se enriquecem quebrando as condições dos trabalhadores (flexibilização e terceirização do trabalho): as grandes superfícies comerciais e as franquias de comida rápida revelam o controle comercial sobre o conhecimento e a tecnologia exercido pela homogeneização de dietas). Neste marco, é compreensível que uma pequena empresa produtora não tenha futuro enquanto esteja entre os tentáculos do monopólio e monopsonio agrário²⁰.

Do anterior, se entende que as lutas agrárias se desprendem sobre os territórios, quer dizer, pelo controle dos fatores produtivos, a terra, a água, o solo e o subsolo: a livre disposição da terra, os recursos e o trabalho, a soberania e autonomia alimentar em função da reprodução familiar e comunitária mediante produção própria e mercados locais, e o controle do saber próprio, as práticas sociais e tecnologias locais. Este é o espaço que se disputa a economia camponesa, o que implicam as lutas pelo território e o que constitui a diferença na relação trabalho-capital entre subordinação e autonomia, quer dizer, a luta do trabalho que utiliza o capital ou é subordinado por este.

Notas:

- 1 IGAC, Atlas de la distribución de la propiedad rural en Colombia, (Atlas da distribuição da propriedade rural na Colômbia) Instituto Geográfico Agustín Codazzi, Universidad de los Andes, Universidad de Antioquia, Gobernación de Antioquia, (Governo de Antioquia) Bogotá, 2012; PNUD, Colombia Rural. Razones para la esperanza. (Razões para a esperança) Informe Nacional de Desarrollo Humano 2011, (Informativo nacional de Desenvolvimento Humano 2011) Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) Bogotá, 2011.
- 2 Legrand, Catherine: Colonización y protesta campesina en Colombia, (Colonização e protesto camponês na Colômbia) 1850-1950, Universidad Nacional de Colombia, (Universidade Nacional d Colômbia) Bogotá, 1980; Jacques Chonchol, Sistemas Agrarios en América Latina (Sistemas agrários na América Latina), Fondo de Cultura Económica, (Fundo de Cultura Económica) México, 1994. García, Antonio, Sociología de la Reforma Agraria en América Latina, (Sociologia da Reforma Agrária na América Latina) Cruz del Sur, Argentina, 1973.
- 3 FAO. Project Cycle Management Technical Guide. Socio-Economic and Gender Analysis Programme (SEAGA). Roma, 2001, p. 19.
- 4 Sobre las dinámicas del control de territorio sin comprar tierra véase (Sobre as dinâmicas do controle do território sem comprar terra veja): Molano, Alfredo: "Paramilitarismo y palma en Catatumbo" (Paramilitarismo e palma em Catatumbo) El Espectador, (O Espectador) 3 de março de 2012.
- 5 Boserup, Ester: Las condiciones del desarrollo en la agricultura. La economía del cambio agrario bajo la presión demográfica, (As condições de desenvolvimento na agricultura. A economia da mudança agrária sob a pressão demográfica). Tecnos, Madrid, 1967.
- 6 Veja o plano formulado por Lauchlin Currie para o Gobierno Pastrana em 1971 denominado "As quatro estratégias" para a década de 1990 veja Jaramillo, Carlos Felipe: crise e transformação da agricultura colombiana, 1990-2000, Fondo de Cultura Económica, Bogotá, 2002.
- 7 Veja as pesquisas de Garay, Luis Jorge & Forero, Jaime: A eficiência Económica dos grandes, médios e pequenos produtores agrícolas colombianos, EfiAgrícola, 2013.
- 8 Vejan-se os trabalhos de Clara Nicholls, Miguel Altieri, Peter Rosset, entre otros.
- 9 Leibovich, José et. al., Políticas para o desenvolvimento da agricultura na Colômbia, SAC & Fedesarrollo, Bogotá, 2013
- 10 Ordoñez, Freddy: "Colômbia e o regime alimentar corporativo", Prensa Rural, 8 de janeiro de 2014; Freddy Ordoñez "As lutas camponesas por soberania alimentar na Colômbia", Prensa Rural, 8 de janeiro de 2013.
- 11 A afirmação do presidente Juan Manuel Santos é descente: "Defenderemos ao camponês colombiano, o converteremos em empresário, o apoiaremos com tecnologia e créditos, para fazer que cada um seja um próspero Juan Valdez". Barrancabermeja, Santander, 3 de setembro de 2010. Veja-se as declarações do Ministro de Agricultura Ruben Darío Lizarralde na Red de Comunicaciones, 28 de novembro de 2013.
- 12 Holt-Giménez, Eric: ¡Movimientos alimentares uni-vos! Estratégias para transformar nossos sistemas alimentares, ILSA & FoodFirst, Bogotá, 2013.
- 13 Briceño, Luis (et al), Desenvolvimento territorial alternativo com perspectiva alimentar, Compromiso, Obusinga, Programa Desenvolvimento e Paz del Magdalena Medio-Sur del Cesar, 2011
- 14 Van Der Ploeg, Jan Douwe: "Conhecimento científico contra conhecimento local: O caso da batata andina", As batatas e as coisas. Fundación Cristina Enea, San Sebastián, 2012, pp. 58-74.
- 15 Fajardo, Darío: "Propostas para alguns conteúdos do projeto de lei orgânica de ordenamento territorial (LOOT) referidos em especial a assentamentos humanos e setor agrário" em: Sonia Aguirre (coord.). Espaço e Território. Razão, paixão e imaginários. Red de estudios territoriales-RET. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2001, pp. 497-514; Sormani, Horacio. "Formação Social e formação espacial: para uma dialetica dos assentamentos humanos". Estudios Sociales Centroamericanos, vol. 6, núm. 17, maio-agosto, 1977, pp. 147-173.
- 16 Tipo de mercado em que existe um único comprador ou demandante, em lugar de vários. Devido a isto, este mercado possui uma competição imperfeita.
- 17 Veja-se os documentos: Victoria Solano, Documental 970. Robert Kenner, Food, Inc., Magnolia Pictures, Estados Unidos, 2008.
- 18 Porto-Gonçalves, Carlos: "De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana", Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 8, núm. 22, 2009, pp. 121-136.
- 19 García, Mauricio: "Zonas e Territórios Livres de Transgênicos", Sementes de Identidade e Swissaid, Bogotá, 2012; Veja-se a Declaración del Resguardo Indígena de Cañamomo y Lomapieta (Riosucio y Supía, Caldas), Territorio Libre de Transgênicos, Resolución número 18 de 30 de novembro de 2009.
- 20 Rubén Ramboer, entrevista com Samir Amin: "La gaucheradicaledoitêtre plus audacieuse", Études marxistes, num. 99, Institut d'études marxistes, Bruxelas, Bélgica, 2012

* Milton Pérez: professor da Universidad Nacional de Colombia (tomilogo@gmail.com)

Uma figura territorial que vincula produção, natureza, política e cultura camponesa:

Territórios Agroalimentares

CNA Coordenador Nacional Agrário

13

Na quarta Assembleia Nacional do Coordenador Nacional Agrário CNA, realizada em novembro de 2013 no coração do Maciço Colombiano, San Lorenzo (Nariño), se reafirmou o firme propósito de defender a terra e o território, avançando na consolidação de nossa proposta política de terras e territórios e no fortalecimento de nossos planos de Vida Digna. Continua-se na luta pela reforma agrária, a defesa do território e a permanência nele, a defesa dos bens comuns naturais, a territorialidade, identidade, cultura e economia camponesa, a soberania alimentar, a vida digna no campo e a soberania popular, neste sentido vimos caminhando na proposta de Territórios Agroalimentares¹.

Trata-se de territórios habitados por camponeses, dedicados (não de forma exclusiva) a produção agrícola e pecuária em pequena escala, pesca e sistemas silvo-pastoris, assim como pequena mineração combinada com agricultura. Aqui os produtos gerados servem para a satisfação das necessidades próprias do campesinato, assim como da população que não habita o mundo rural. Trata-se então de contribuir desde a produção e o território camponês para a segurança alimentar da população colombiana. Segundo a FAO, “... esta é uma situação que existe quando todas as pessoas, em todo momento, tem acesso físico, social e econômico a suficientes quantidades de alimentos inócuos e nutritivos, que satisfaçam suas necessidades dietéticas e preferências alimentares (ou seja, que satisfaçam as preferências de qualidade e culturais da população) para levar uma vida ativa e saudável de modo contínuo e sustentável. (FAO, 2002c) ²

Produzir implica regular e preservar o acesso a recursos de ordem natural (em condições de equidade e igualdade) tais como a terra apta para a produção: assim como outros elementos como a



água, necessária para o cultivo, energia para dinamizar a produção e garantir a reprodução da força de trabalho. Também se demanda a preservação destes recursos. Quer dizer, a proteção ambiental a partir da promoção de sistemas produtivos não letais para a vida humana nem da flora e fauna. A restrição no uso do solo e do subsolo, de atividades que atentem contra a disponibilidade, o acesso e o uso de recursos naturais de uso comum. Requer-se igualmente tecnologia amigável com seres humanos e o resto da natureza. Infraestrutura para conectar unidades produtivas camponesas e a estas com o resto da população, complementadas com serviços sociais aos quais se tem direito como seres humanos e cidadãos, assim como bens públicos. Tudo isto disponível para a defesa da vida e do bem viver.

Demanda-se então, o reconhecimento dos territórios historicamente configurados pelo campesinato por meio de uma figura político administrativa que permita o reconhecimento dos direitos territoriais dos camponeses/as, a governança do território e a promoção do bem comum.

A figura de Territórios Agroalimentares (TA), se concebe como parte privilegiada de um componente maior no qual se configuram relações de produção, processamento, distribuição e consumo de bens alimentares, tendo como suporte principal as economias camponesas no produtivo e as comunidades camponesas no social. Estes territórios se constituirão em uma alternativa para o governo territorial popular, a vida digna e a resistência.

São figuras territoriais associativas destinadas a garantir a produção e reprodução das comunidades camponesas e suas relações de ordem sociocultural, político-comunitário e produtivo-ambiental, onde as formas de produção solidária possibilitem entre outras coisas, confrontar o modelo de desenvolvimento rural nacional e internacional embasado na competitividade, a produtividade e a extração intensiva de recursos naturais, minerais e petróleo.

Tendo como base a produção agroalimentar, entendida como a produção e a transformação de matérias primas, a distribuição e o consumo de bens alimentares para a população camponesa e o resto dos habitantes do território nacional, os Territórios Agroalimentares se convertem em um instrumento de política nacional de bem viver e de reconhecimento de direitos territoriais e cidadãos.

Ao mesmo tempo, é um instrumento social e ambiental de ordenamento territorial que permite

o acesso a terra e demais fatores produtivos do campesinato, contribuem para reduzir e evitar os conflitos de uso do solo planejam o uso e a ocupação dos espaços rurais para o alcance da segurança, da autonomia e da soberania alimentar, comeles se criam as condições para a adequada consolidação, estabilização e desenvolvimento das comunidades camponesas, melhoram a qualidade de vida, a inclusão social e a efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais do campesinato diretamente e dos demais povoadores rurais com programas de desenvolvimento rural integral. Também seria a base para o impulso de sistemas produtivos agroecológicos e a proteção de ecossistemas frágeis.

Estes territórios serão delimitados pelo governo nacional em conjunto com os camponeses e suas organizações, e se estabelecerão e priorizarão planos e programas especiais com recursos para o investimento social rural e financiará, de acordo com suas competências e com condições preferenciais e prioritárias a execução dos planos de vida nos Territórios Agroalimentares. A ação do Estado se realizará com condições preferenciais quanto ao consentimento de subsídios, incentivos e estímulos em favor da população rural mediante todos os instrumentos de desenvolvimento rural integral, acesso, adjudicação e titulação de terras, assim como o ordenamento social da propriedade rural.

Os Territórios Agroalimentares são então uma proposta do campesinato, para governar-se e construir futuro como camponeses e camponesas em territórios povoados historicamente. É uma figura para o reconhecimento das territorialidades camponesas. Neste sentido, é uma parte dos territórios camponeses.

Objetivos e princípios orientadores

Os territórios Agroalimentares se constituirão e delimitarão de acordo com os seguintes objetivos e princípios orientadores:

1. A regulação, limitação e ordenamento da ocupação e aproveitamento da terra, o território e a territorialidade.
2. A superação das causas que vem originando graves ou excepcionais conflitos de ordem social e econômica, e o apoio aos programas de substituição de cultivos ilícitos.
3. A adoção de estratégias ou decisões que tendam a evitar ou corrigir os fenômenos de concentração da propriedade, a concentração de terras rurais, ou qualquer forma de inequidade na composição do domínio.

4. O ordenamento social e da propriedade e acesso a terras.

5. O ordenamento do uso dos solos e as águas para a atividade produtiva.

6. A geração de ingressos para as comunidades rurais, de acordo com as diferentes atividades econômicas do território.

7. Adiantar processos de ordenamento e diversificação da economia dos territórios, que levem a geração de produtos e serviços, assegure uma utilização racional dos recursos e talentos disponíveis.

8. Garantia plena de acesso de toda a população aos alimentos saudáveis com os nutrientes indispensáveis completos.

9. Dar-se-á prioridade por parte do Estado e da sociedade em geral aos processos produtivos orgânicos e de transformação de matérias primas que garantam a sustentabilidade e os recursos naturais, a defesa do ambiente e a biodiversidade, em virtude de que estão fortemente inter-relacionados com a soberania e segurança alimentar.

10. É responsabilidade do Estado e a sociedade, defender o patrimônio genético e cultural, a sabedoria tradicional assim como sua propriedade coletiva.

11. A proteção, conservação e recuperação das sementes nativas de cada região serão uma garantia para a soberania alimentar e a biodiversidade.

12. Estabelecer-se-ão por parte do Estado, mecanismos de controle social dos alimentos comercializados e processados, proibindo aqueles produtos nocivos para a saúde humana.

13. O direito a terra e ao território é parte fundamental da vida e da cultura dos povos e das comunidades rurais. Proteger-se-á a diversidade cultural e por isso as diversas concepções sobre a terra e o território.

14. Facilitar a recomposição das Unidades Agrícolas Familiares.

15. Fomentar a adequada exploração e a utilização social das águas e das terras rurais, aptas para a exploração silvo-agropecuária.

16. Realocação da população afetada por desastres naturais ou localizada em zonas de alto risco não mitigáveis.

17. Relocalização de ocupantes de áreas do sistema de parques nacionais naturais, parques regionais naturais e habitantes dos ecossistemas de paramos.

18. A proteção e conservação dos recursos naturais e do ambiente.

19. A criação das condições para a adequada consolidação e desenvolvimento da economia

camponesa, dentro de princípios de competitividade, sustentabilidade, participação comunitária e equidade.

20. O apoio do Sistema Nacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural Camponês, do Sistema Nacional Ambiental e outros organismos públicos e privados, para a formulação, financiamento e execução de planos de vida sustentáveis e de outras atividades, pesquisas, programas e projetos que devam adiantar-se nas zonas Agroalimentares.

21. Respeito e financiamento estatal dos planos de vida ou planos alternativos de desenvolvimento das comunidades e organizações de base.

22. Apoio estatal para que os camponeses e camponesas, indígenas, afrodescendentes e produtores agropecuários possam controlar o

15



conjunto das cadeias produtivas sem subordinar-se às transnacionais nem aos grupos financeiros nem aos latifundiários.

23. Propiciar-se-ão formas alternativas ao comércio de relação direta entre coletivos de produção e os coletivos de consumo baseados na solidariedade mutua e na superação da barreira entre o campo e a cidade.

Notas:

1 Ver documento de trabalho sobre Territórios Agroalimentares. Dezembro de 2014. <http://cnagrario.org/category/documentos-cna/>

2 FAO. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/y5788s/y5788s02.pdf> Capítulo 2. El sector agroalimentar como sistema. (O Setor agroalimentar como sistema).

Convite de saberes de protetores e guardiões de sementes

Encontro Nacional da Rede Sementes Livres da Colômbia

16

Entre os dias 25 e 27 de junho de 2015, se realizou no Resguardo indígena de Cañamomo-Lomapieta no município de Riosucio, departamento de Caldas, o II Encontro da Rede Sementes Livres da Colômbia (RSL) e de protetores e guardiões de sementes¹. A este evento, chegaram umas 350 pessoas, homens e mulheres representando a mais de 150 organizações indígenas, afrocolombianas e camponesas de vinte e dois departamentos do país.

O objetivo do Encontro foi possibilitar que os representantes, protetores e guardiões de sementes das organizações locais de diferentes regiões do país compartilharam seus saberes ancestrais e as práticas de conservação e recuperação de sementes nativas e crioulas: e avançar na construção das estratégias e ações dos povos e comunidades locais para a defesa das sementes e a soberania e autonomia alimentar, frente às leis de sementes e aos cultivos transgênicos, nos âmbitos locais, regionais e nacional.

Este evento foi promovido pela Rede Sementes Livres – RSL da Colômbia que é um espaço aberto e descentralizado de organizações locais e sociais onde convergem comunidades camponesas, indígenas e afrocolombianas e de pequenos produtores, agricultores urbanos, ONGs, grupos acadêmicos, que se articulam no âmbito local regional e nacional. A Red promove ações e iniciativas para fortalecer o controle local das

sementes e sua defesa frente as políticas e leis que permitem a privatização e o controle monopólico das mesmas, que ameaçam a soberania e autonomia alimentar dos povos.

A Rede de Sementes pretende fortalecer e visibilizar os processos de comunidades locais de recuperação, manejo e livre circulação de sementes, difundir informação e promover ações de incidência frente as políticas e leis que permitem a privatização das sementes, a expansão da agricultura corporativa e os cultivos transgênicos, que ameaçam a agricultura local, a biodiversidade e a soberania e autonomia alimentar dos povos e comunidades da Colômbia. Igualmente a Rede busca articular organizações, redes e iniciativas para a defesa das sementes a nível local, regional, nacional e internacional.

O encontro teve cinco momentos que permitiram alcançar o planejado.

1. Prévio ao encontro nacional se realizaram durante os meses de maio e junho, reuniões regionais preparatórias em nove regiões. Caribe Norte (Guajira), Caribe Sul (Córdoba e Sucre, Bolívar), Nordeste (Santanderes, Sur de Bolivar, Magdalena Medio), Cafeteira (Antioquia, Risaralda, Caldas, Quindío, Norte Del Valle), Centro (Bogotá, Cundinamarca, Meta, Tolima), Boyacá, Noroeste

(Sur Del Valle), Cauca), Sudeste (Huila, Putumayo, Caquetá) e Sul (Nariño). Em cada reunião regional as organizações locais avançaram na definição de estratégias de articulação e trabalho regional para fortalecer as ações locais de recuperação e intercambio de sementes crioulas e na incidência política para a defesa das sementes.

2. O Primeiro dia se dedicou a apresentação simultânea de diferentes experiências locais com aprendizagens significativas no manejo de sistemas agroecológicos e para enfrentar as consequências do cambio climático em diferentes pisos térmicos (frio, médio e quente). Foram apresentadas experiências que têm fortalezas em saberes e técnicas locais para a produção, manejo, seleção e conservação de sementes crioulas de boa qualidade e foram compartilhadas as iniciativas de construção das casas de sementes e de processos regionais de difusão e circulação de sementes. Em paralelo se contextualizou a situação de leis de propriedade intelectual e de certificação de sementes e dos cultivos transgênicos na Colômbia. O que permitiu refletir sobre as estratégias e ações de incidência e resistência locais e sociais.

3. No segundo dia realizou-se a reunião da Rede Semente Livres, buscando avançar no plano de ação da Rede nos âmbitos regionais e nacional, a partir do processo já avançado nos encontros anteriores da Rede, sobre os três eixos de ação previamente definidos: 1 – Recuperação, conservação e formação local sobre sementes crioulas; 2 – Incidência sobre políticas e legal sobre sementes; e 3 – Estratégias de comunicação. Foram conformados grupos pelas diferentes regiões, para definir o plano de ação e estabelecer as prioridades de ação nos diferentes eixos no regional e nacional.

4. Realizaram-se visitas em diferentes propriedades de agricultores indígenas do resguardo de Cañamomo para compartilhar as experiências agroecológicas de manejo da biodiversidade e a soberania alimentar.

5. O último dia se realizou uma grande Feira e Troca Nacional de Sementes, de Saberes e Sabores, no parque de Riosucio, onde se compartilhou entre as organizações participantes e os habitantes da região a enorme riqueza de produtos e sementes dos agricultores do país.

Hoje as sementes estão ameaçadas porque umas poucas corporações estão controlando a maior parte do sistema de sementes no mundo, mediante a aplicação de leis de propriedade intelectual e normas que restringem sua conservação, produção e livre circulação das sementes, criminalizando o uso das sementes crioulas e pretendendo que todos os agricultores só utilizem as sementes protegidas pelas empresas, que controlam o



sistema agroalimentar.

Na maioria das zonas rurais do país se apresenta uma enorme perda da agrobiodiversidade, originada pela imposição de modelos produtivos insustentáveis de monocultivos agroindustriais e de outras formas de uso e manejo dos territórios e recursos naturais: modelos que transformaram os sistemas produtivos tradicionais e vem gerando a perda das sementes crioulas e da soberania alimentar dos povos e comunidades rurais; que tem levado os pequenos agricultores ao fracasso e à destruição dos sistemas de vida das comunidades.

É neste contexto que no país atualmente existe uma grande quantidade de iniciativas locais que buscam recompor seus sistemas produtivos e fortalecer a defesa das sementes, como um eixo fundamental para viabilizar sua permanência no campo de forma digna. Muitas destas iniciativas ainda estão em processos de consolidação e são muito débeis os processos de articulação, vizibilização e complementação com outras experiências locais, que lhes permita alcançar um maior impacto no âmbito regional e

nacional em resposta às fortes ameaças que enfrentam as sementes e a soberania alimentar.

Este Encontro permitiu que as comunidades e organizações locais de muitas regiões do país compartissem suas experiências e saberes sobre a produção, o manejo e o controle local de suas sementes e seus sistemas produtivos tradicionais e permitiu que o intercambio de sementes se constitua em uma ação propositiva para fortalecer o uso e controle local de sementes. Também conseguiu fazer contrapeso e resistência frente às leis de sementes que buscam acabar com as sementes crioulas e obrigar os agricultores a que só utilizem sementes certificadas, assim como avançar nas estratégias e ações para consolidar a Rede de Sementes Livres nas regiões e a nível nacional.

Notas:

1 O Resguardo de Cañamomo e Lomapieta declarou seu Território Livre de Transgênicos, no ano 2007, conformou a Rede de Protetores de Sementes e estabeleceu a Casa Comunitária de Sementes. O Encontro foi convocado pela Rede Sementes Livres - RSL da Colômbia, conjuntamente com o resguardo e as organizações que apoiaram sua realização: Fundação SWISSAID, Grupo Semillas, HEKS, Fastenopfer, Coletivo de Advogados José Alvear, Prefeitura de Riosucio y Lutheran World Relief.

Declaração Política do XI Congresso

Fensuagro

18

10 de junho de 2015. Com a presença de numerosas delegações camponesas e de trabalhadores da agroindústria, chegados de diversas regiões do território nacional, realizamos em Bogotá De 5 a 8 de junho, o XI Congresso da Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária, Fensuagro, com o tema central: Vamos pela paz, os direitos camponeses e a soberania alimentar. A força e energia de mulheres, homens, jovens e crianças do campo, se fez sentir durante os quatro dias do magno evento dos fensuagristas. Contou com o acompanhamento e saudações de organizações irmãs de ordem internacional e nacional. Nós, delegados e delegadas, participantes do XI Congresso Nacional da Fensuagro, declaramos que:

Como consequência da crise de caráter estrutural em que se encontra o campo colombiano pela ampliação de políticas neoliberais, ajustes institucionais e fiscais impostos pelo FMI, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico OCDE, submissamente executadas pelo governo nacional, cresce ao extremo o empobrecimento e mendicância a amplos setores da população, sobre tudo os que vivem nos cinturões de miséria das principais cidades e zonas rurais do país.

Os tratados de livre comercio, o projeto de lei sobre Zonas de interesse de Desenvolvimento Rural Econômico e Social, ZIDRES, o avanço dos agronegócios, a concentração da propriedade da terra, as locomotivas minero energéticas e do recém-aprovado Plano Nacional de Desenvolvimento e a chamada Transformação do Campo, são complementares às políticas que buscam concentrar mais a riqueza e consolidar o capital financeiro transnacional em nossa nação, a expulsão de nossos territórios.

A Guerra segue sendo o principal instrumento de expulsão e concentração de riqueza por parte da oligarquia colombiana na aliança com o capital transnacional e o poder destruidor do imperialismo. O campesinato, os povos indígenas, as comunidades afrodescendentes e em geral a classe trabalhadora da Colômbia são despojados sistematicamente de seus direitos fundamentais. Parte desta maquinaria de guerra e desapropriação são o poder executivo, o legislativo e o aparato

judicial, conjugados ritmicamente ao som dos interesses do capital transnacional e nacional.

A violência e perseguição sistemática contra os camponeses e povos indígenas não é recente. Remonta-se aos primeiros anos do século passado, se prolongou todo o século XX e este início do XXI. O atual conflito armado tem suas raízes nas causas históricas da violência, a perseguição política e a expulsão contra as populações rurais. Ocorrem pela intervenção aberta e ingerência do imperialismo estadunidense em nosso país.

Mais de 9.900 presos políticos na Colômbia demonstram que um país como o nosso com a “democracia mais antiga” do continente é uma solene mentira. As cifras não mentem: mais de 7 milhões de deslocados, milhares de desaparecidos, cerca de 10 milhões de hectares de terra roubadas do campesinato. No caso particular da Fensuagro, 130 de seus membros estão presos através de montagens falsas, entre eles seu vice-presidente, Huber de Jesus Ballesteros Gómez.

Os diálogos de Paz que se desenvolvem em Havana, Cuba, entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC-EP, são a maior esperança da sociedade colombiana para alcançar um acordo definitivo que ponha fim à confrontação armada e abra caminho para a solução política, que possibilite a paz estável, duradoura e a justiça social. Desde nossa Federação, chamamos as partes a cumprir sua palavra de não deixar a mesa de negociações, até que não seja assinado o acordo final. Ao Governo Nacional que ponha em prática imediatamente os acordos alcançados até agora em matéria de políticas agrárias e demais acordos



que contribuam na geração de confiança e apoio social ao processo de negociação.

Fensuagro se declara em processo constituinte, dedicando o tempo necessário a promover e organizar a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que materialize os acordos de Havana em uma Nova Constituição Política que garanta a paz como um princípio da nação. A Assembleia Nacional Constituinte deverá assentar as bases para construir uma sociedade democrática, com autodeterminação, anti-imperialista e com plena soberania nacional. A paz deverá ser um princípio fundamental do povo colombiano, deverá garantir de maneira gratuita a todos os colombianos/as o direito a saúde e a educação, a gozar de uma moradia digna, o acesso a água potável, aos alimentos de boa qualidade, a trabalho digno, à terra para as comunidades camponesas e étnicas que não a possuam e demais componentes que permita o apoio direto do Estado à economia camponesa.

As riquezas e bens naturais deverão ser declarados patrimônio estratégico dos colombianos/as proibindo-se sua privatização e estrangeirização. A terra terá uma função social ecológica, será nula a grande propriedade monopólica em mãos particulares. Dever-se-á desenvolver uma legislação que garanta o controle efetivo e eficaz contra a evasão de impostos das empresas transna-

cionais, nacionais e os capitais volateis. Serão expulsas do país aquelas empresas que violarem os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Os milhões de camponeses/as que foram despojados de suas terras, territórios e demais bens, continuam esperando do Estado sua devolução. A lei de vítimas não passou no teste depois de seus primeiros quatro anos de vida, segundo o próprio governo somente 86 mil hectares foram devolvidas, das 10 milhões que segundo os próprios camponeses/as lhes foram roubadas pelos narco-latifundiários.

O reconhecimento dos direitos dos camponeses colombianos deve ser concretizado imediatamente. A dívida social que temo Estado com os camponeses deve ser reconhecida e paga imediatamente. Os camponeses/as alimentam aos colombianos/as, são protetores da natureza, dos ecossistemas, do meio ambiente, e produzem cultura e vida.

Desde a Fensuagro impulsionamos e nos mobilizaremos pela implementação de políticas agrárias democráticas que tenham como eixo central a reforma agrária integral e popular. Políticas agrárias que fortaleçam a produção da economia camponesa recuperem a soberania alimentar dos colombianos e garantam a segurança social e pensões para os pequenos e médio produtores camponeses, democratizem os latifúndios permitindo o acesso gratuito à terra

dos camponeses que não a possuem, proíbam a transnacionalização da terra e os grandes agronegócios, favoreçam a defesa da produção de alimentos, e impulsionem as Zonas de Reservas Camponesas. Que seja posto em prática uma reforma agrária que permita vida digna para os milhões de famílias camponesas de nossa pátria.

O recém-aprovado Plano Nacional de Desenvolvimento pelo Congresso da República se converte em um novo instrumento de exclusão e desapego contra o campesinato, os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes. As verdadeiras intenções do Plano são continuar consolidando os agronegócios, a venda da biodiversidade e dos bens genéticos, e converter a natureza no grande negócio mediante a Economia Verde. Tratam de dar continuidade às locomotivas do desenvolvimento enquanto à grande mineração, a produção energética e a exploração petrolífera. Como já denunciaram outros setores o Plano Nacional de Desenvolvimento busca garantir uma nova etapa de acumulação de capital, aprofundando o modelo neoliberal.

A autorização ao presidente da República por um período de seis meses (para reestruturar, criar ou suprimir as instruções do setor agropecuário) pode se converter em um abuso de poder, de não busca de participação nas decisões das comunidades e organizações camponesas, indígenas, afrodescendentes, raizais e trabalhadores do setor, no acerto do tipo de institucionalidade requerida para desenvolver uma política agrária que reúna as exigências do movimento camponês representado na Convenção Agrária, Étnica e Popular e os acordos de Havana. Uma institucionalidade com adequados recursos econômicos, com talento humano e ampla participação e poder de decisão das organizações e comunidades camponesas e étnicas, que deverão ser consultadas pela instituição do caso, de modo obrigatório, e incorporar suas propostas nos planos.

Nos comprometemos a continuar consolidando a Convenção Camponesa, Étnica e Popular junto com as forças sociais e populares que a integram como um espaço de unidade na diversidade, mas comprometido com a mobilização e a luta permanente contra as transnacionais para a recuperação da terra, do território e da vida digna. A organizar e preparar unitariamente as ações de protestos populares até a Parada Agrária e Popular, frente aos não cumprimentos por parte do governo nacional dos acordos pactuados em 2013 e 2014 com o movimento camponês e os povos indígenas que somos parte da convenção.

Chamamos a redobrar esforços desde os setores agrários, camponeses, étnicos, populares, sociais e políticos a fortalecer a Frente Ampla pela Paz que permita alcançar de imediato o Cessar Fogo Bilateral, o desescalamento de ações militares e a imediata assinatura de um acordo que ponha fim ao confronto armado, até uma paz estável, duradoura e com justiça social fechando o caminho das forças reacionárias – que pretendem condenar a maioria da sociedade colombiana ao escabroso e doloroso caminho da guerra e da violência sistemática à que as organizações sociais e populares do país têm sido submetidas.

A realização da primeira assembleia de mulheres camponesas, da primeira assembleia de jovens camponeses e o primeiro congressinho de crianças fensuagristas, trazem um processo de fortalecimento local, regional, mostram os avanços organizativos e políticos de nossa Federação. As mulheres e jovens fensuagristas contribuíram de forma prática, dinâmica e entusiasmada no XI Congresso da Fensuagro a construir as grandes linhas políticas para os próximos quatro anos, suas contribuições enriqueceram o programa agrário para a ação e transformação democrática do campo colombiano. As crianças camponesas fensuagristas que desenvolveram seu primeiro congressinho deixaram gravadas um ar de ternura e o amor em cada um dos corações de quem participou do XI Congresso.

A atual conjuntura política nos coloca novos objetivos e dinâmicas locais, municipais, departamentais, regionais e nacionais, que não podemos desconhecer como fensuagristas do Movimento Político Marcha Patriótica e a União Patriótica, e nos chama a convocar a nossos afiliados a trabalhar pela mais ampla convergência programática já nas eleições do próximo 16 de outubro. Com a clareza de que a construção de uma nova democracia vai além das eleições de alguns indivíduos a determinados cargos de eleição popular, é necessário exercer o controle político sobre os eleitos, e se estes não cumprirem o mandato para o qual foram designados pelas maiorias, deve-se ter a capacidade de revogar seus mandatos. As eleições não são um fim em si mesmas, mas, um meio que permite mudar a atual correlação de forças a favor das mudanças que requer a sociedade colombiana.

Vamos pela paz, os direitos camponeses e a soberania alimentar.

<http://viacampesina.org/es/index.php/noticias-de-las-regiones-mainmenu-29/2420-colombia-declaracion-politica-xi-congreso-de-fensuagro>

Terras e pós-conflito

Alfredo Molano Bravo

21

O pós-conflito está na moda: todo o mundo fala do tema. Se organizam foros, conferências, conversas, se escrevem colunas, editoriais, notas. Ditam-se cursos especializados, se oferecem especializações, se abrem cursos completos. Ninguém escapa da tentação. E com razão, se trata de nosso futuro. O governo, ao contrário, elabora um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) como se nada acontecesse ou fosse acontecer, como se em Havana se reuniram espectros.

O PND não reconhece nenhum dos avanços alcançados na mesa de negociação e, no entanto, o faz a sua maneira. Ao Fundo de Terras – ponto um da agenda – batiza agora com a pomposa e desgastada expressão de “Reserva de Baldios”, que não é o mesmo, mas é igual. Somos dados à gramática, especializados no ditongo e em outras regras do jogo semântico. O Governo está se posicionando para recuperar a soberania sobre as terras baldias apelando para a clareza de papéis para definir títulos como se deve. Portanto, desconheceria aqueles que se falsificaram nos cartórios, ou que têm um documento nominal como a “carta venda” ou que, enfim, se aceitam com confiança na velha jurisprudência de “morada e trabalho” dos Jogos de Afonso o Sábio, passando pela tão nomeada “função social da propriedade”.

Poderia inclusive anular títulos de camponeses aos que o Incora adjudicou terras. A tentativa não é nova e de alguma maneira remete a “prova diabólica”, uma sentença da Corte Suprema de Justiça de 1926 que supunha que uma área era baldia até que se exibia um título original. Os latifundiários babaram de brabos quando se conheceu o pronunciamento. Foi uma das causas do conflito agrário em que seguimos enrolados. O problema não é só de onde vão sair estas terras, mas o que o Governo pensa em fazer com elas.

O PND diz que os baldios recuperados serão adjudicados aos que agora chama “trabalhadores agrários”, apagando momentaneamente a figura de “camponeses”, que é uma categoria associada ao trabalho familiar. Ao apagar de uma vez o termo

camponês, parte desde este conjunto de eventuais adjudicatários de terras baldias: os empresários e os latifundiários. E é por aí que vai a água do moinho. A repartição das reservas de baldios será uma espécie de jogo às cegas, e quando um alto funcionário pegar a panela, todos os interessados tentarão pegar o que puderem e então os que tiverem mais força, comerão mais farinha.

Por que – pergunto – dentro dos potenciais beneficiários deste jogo, o Governo não fala nem nomeia as Zonas de Reservas Camponesas (ZRC), sendo que são uma figura jurídica da Lei 160 de 1994? As Reservas Camponesas foram estigmatizadas como repúblicas independentes por essa trinca de latifundiários, empresários e gerais. Uribe às perseguiu e quis desaparecer com elas, não só da lei. Quando Santos tomou posse, um dos seus primeiros movimentos foi devolver à reserva camponesa de rio Cimitarra a personalidade jurídica, o que abriu um postigo para que 60 organizações camponesas pedissem seu reconhecimento como ZRC. Traduzida à solicitação em hectares – nove milhões -, os latifundiários tremaram, gritaram, ameaçaram e o Governo recuou. Disse que a iniciativa ficava na salmoura, mas nunca saiu deste limbo. Em contraste e desafiando a Corte Constitucional emitiu sentença C-371 de 2014, que deveria se converter em guia da política de distribuição de terras desde já. Citou a definição e defesa jurídica que o alto tribunal fez das ZRC. O país deve conhecer o pronunciamento e os camponeses devem defendê-lo.

“As zonas de reservas camponesas são uma figura de ordenamento social, político e ambiental, cujas principais implicações podem ser resumidas na possibilidade de limitar os usos e a propriedade da terra para evitar sua concentração ou fracionamento antieconômico, e o benefício de programas de adjudicação de terras, assim como apoio estatal para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável acordados com as comunidades”.

Extraído do EL Espectador, primeiro de março de 2015.

Colômbia: um povo que resiste

22

O povo colombiano, que continua sofrendo décadas de conflito interno, deslocamentos forçados, violência estatal, insurgente e paramilitar e, sobretudo, o controle de seus territórios pelo poder corporativo, segue resistindo de maneira contundente defendendo suas raízes, seus valores, seus filhos, seus territórios. É maravilhosa a criatividade posta em jogo não só para sobreviver, mas também para seguir sonhando com um país livre de violência, mas, também de poderes corporativos que o sacrifiquem. Como todo este número da Biodiversidade saudamos estas lutas e a este povo com um panorama que nos traz noções desta enorme diversidade de resistências.

O Movimento pela Defesa dos Territórios e da Vida, Rios Vivos, e a Associação de Vitimas do Projeto Hidroelétrico El Quimbo, acompanhados de organizações sociais, especialmente de pescadores, camponeses e indígenas, comunicadores sociais, estudantes universitários, intelectuais, escritores e artistas, ambientalistas e observadores de Paz, entre outros, concluímos em La Dorada Caldas, no dia 29 de março a primeira parte da mobilização “O rio da Vida”, “Somos o rio” que iniciamos no dia 14 de março no Macizo Colombiano com um ritual yanakuna em San Agustín. Durante o percurso conseguimos coletar informação escrita e testemunhal básicas para aprofundar os estudos que socializamos sobre o modelo extrativista, financeirista por despojo e os impactos socioambientais gerados pela política mineira energética e os agronegócios do governo de Santos e os que se gerariam com a imposição do Plano Golpista de Privatização do rio Magdalena concedido para a estatal Hydrochina para a geração de energia e de navegabilidade ao serviço das corporações transnacionais, desconsiderando as múltiplas iniciativas que diferentes organizações sociais e, especificamente, de pescadores construíram em defesa dos rios,

maciços, lamaçais, paramos, banhados, entre outros, de maneira autônoma em favor de suas necessidades para o Bem Viver. Miller Armín Dussán Calderón, Mobilização! O Rio da Vida! Conclui sua primeira parte, 6 de abril, 2015.

As comunidades indígenas de Corinto continuam cumprindo com o mandato ancestral de liberação da Mãe Terra, por isso convocaram a todo o povo do norte de Cauca a participar no mutirão de plantio que se realizou nos dias 24 e 25 de março de 2015, nas fazendas que ocupam pacificamente. “As pessoas estão vivendo encurraladas nos altos das montanhas, praticamente vivem pendurados nos barrancos, na intempérie, com a terra rachada, com todas as necessidades. Estão amontoadas em locais de reserva como os paramos. O resgate do equilíbrio da Mãe Terra também depende de que volvamos à parte plana”, explicou um guarda indígena de Corinto. Uma comunheira nos recorda a importância da libertação da Mãe Terra para a sobrevivência do povo NASA: “Queremos liberar o território com o fim de nos fazer a terra. Nós não pensamos que aqui vamos nos encher de dinheiro. O que queremos é deixar um caminho para nossas



gerações futuras para que eles sigam com este trabalho de liberação.” Coletivo de Comunicação do Povo Nasa, Cauca: Mutirão de plantio para devolver o equilíbrio a Mãe Terra, 7 de abril, 2015.

Frente à imobilidade do governo e sua natureza antipopular, as organizações camponesas constituíram e consolidaram varias Zonas de Reserva Camponesa pelas vias de fato, amparando-se em todos os requisitos que expressa a lei. É o caso de Catatumbo, onde apesar da histórica atuação de grupos paramilitares, milhares de lavradores conseguiram construir, eles mesmos – com base na organização camponesa -, o ideal de autonomia e a reconfiguração de seu território. “A Zona de Reserva Camponesa (tanto de Catatumbo, como outras) se criou de fato diante do não cumprimento da lei 160 por parte do governo. Todo o trâmite administrativo está cumprido e não existe nenhum impedimento para constituir a ZRC no polígono de Tibú e nas zonas de San Calixto e Hacarí, mas Santos faltou com sua palavra, não cumpriu os compromissos que assumiu para frear a parada camponesa. Por isso, o Catatumbo já é uma Zona de Reserva Camponesa de Fato”.

Até 2001 somente haviam sido constituídas seis ZRC: Guaviare, Pato-Balsillas (San Vicente Del Caguán), Sur de Bolívar, Cabrera (Sumapaz, Cundinamarca), Bajo Cuembí (Putumayo) e Vale do Rio Cimitarra. Até o ano de 2012 haviam várias solicitações pendentes, entre as que se contam as ZRC “de fato” em Lozada (Caldas), entre outras 11 que cumprem requisitos e já somam umas 54 solicitações pendentes, segundo Angel Torres, presidente da ANZORC. Organizando o território, cuidando ele da barreira indiscriminada, protegendo os nascimentos, regulando o uso do solo (exigem que se conserve 40% de cada área), impedindo a extinção de animais como o pamiro, a anta, a cutia, o chamir e regulando as caçadas, camponeses e camponesas constroem um futuro frondoso e em paz com a natureza, são guardiões de sua existência futura. Encontros de esperança: Seminário Internacional de Zonas de Reserva Camponesa na Colômbia, ANZORC, 5 de março, 2015.

Um grupo de cidadãos, ativistas ambientais, redigiu e está fazendo circular uma carta aberta para os senadores e representantes da Câmara pelo departamento de Santander, com o fim de

que tomem medidas que possam prevenir um possível “mico” no Plano Nacional de Desenvolvimento próximo a ser aprovado em ditas instituições e que poderia afetar gravemente o ecossistema de Páramo de Santurban: “O artigo 159 permite a exploração mineira energética na área de paramos conduzindo respeito a supostos direitos adquiridos mediante títulos e licenças anteriores a fevereiro do ano de 2010, era sabido que todos os títulos e licenças das multinacionais são anteriores a este ano. Tal artigo desconhece que na Constituição colombiana prima o direito à

Diante das considerações apresentadas, convidamos os honoráveis congressistas de Santander a que demonstrem seu compromisso com o departamento e sua capacidade de gestão conseguindo excluir do Plano Nacional de Desenvolvimento o tema do Páramo de Santurban para que seja tratado como um projeto legislativo autônomo que permita o debate amplo e democrático com a comunidade, as autoridades ambientais, acadêmicas, sociais e políticas do departamento e para que reúna as verdadeiras necessidades e sentimentos da região. Comitê



qualidade de vida e a proteção do ambiente antes que os interesses econômicos particulares das empresas mineradoras. É vergonhoso que o PND em tramite pretenda proteger a voracidade das empresas estrangeiras declarando seus projetos de “interesse nacional” com conhecimento de causa que a exploração implica no uso intensivo de dinamite que deixará crateras de até 600 metros de profundidade e a contaminação das águas com venenos altamente agressivos como o cianureto. Os artigos 47, 48, 49, 164 e 165 favorecem às multinacionais com toda a classe de garantias e particularmente com as chamadas “licenças expressas”.

para a Defesa da Água e do Páramo de Santurban. Defender a água como recurso estratégico para o desenvolvimento de Santander, 30 de abril de 2015.

Para o povo Kokonuko os “guardiões de sementes”, são uma estratégia de resistência prática que incentiva a soberania alimentar desde o plantio e o consumo dos alimentos tradicionais e assim assegurar a alimentação como povos de agora e do futuro. Os guardiões de sementes selecionam as sementes e cuidam das fazes da lua para o plantio e a colheita. Esta dinâmica de cuidado das sementes ancestrais vem se fortalecendo e

visibilizando nas trocas, como espaços de intercâmbio de sementes, produtos, sabores, saberes e pensamentos. No povo Kokonuko, desde 2003 a troca como prática tradicional dos povos ancestrais vem sendo impulsionada desde a guarda indígena em coordenação com a gestão municipal.

A guarda indígena vem dinamizando, convocando e coordenando as trocas nas comunidades do povo Kokonuko com o propósito de fortalecer a unidade das comunidades dos gestores municipais e dos defensores deste território. Levamos doze anos consecutivos com a troca, recorrendo às diversas comunidades de nosso povo, onde se somaram outros, como os gestores municipais, os programas ambientais e as instituições educativas, que através do Projeto Educativo Comunitário, PEC, aqui denominado “Jigra Pucha”, desde onde se busca seguir articulando saberes e práticas próprias, envolvendo os estudantes com as mostras culturais e o intercâmbio de produtos que eles cultivam nas hortas das instituições educativas. Arcadio Aguilar, guarda indígena do povo Kokonuko. Guardiões de sementes ancestrais, cuidadores e protetores de vida, CRC, 5 de maio, 2015.

O dia 6 de maio terminou o protesto da comunidade do bairro Potosí, na Ciudad Bolívar ao sul de Bogotá, que depois de trinta dias de bloqueio e denuncia pela presença ilegal de uma pedreira, conseguiram o fechamento e fim da exploração mineira que vinha sendo feito há vinte anos. A ação foi apoiada pela mesa ambiental No le saque la Piedra a la Montaña que vinha denunciando para as autoridades públicas a expansão ilegal da exploração de Canteras Unidas La Esmeralda e sua situação de ilegalidade ao fazer a extração a céu aberto nas imediações da comunidade. As consequências imediatas de tal prática estavam afetando a mobilidade, o ambiente e o normal desenvolvimento social dos habitantes. O que encheu a paciência da comunidade foi a morte de uma mulher atropelada por um caminhão da pedreira quando transportava quase 20 toneladas de material extraído da montanha. Aí se iniciou um procedimento de reclamações e ações judiciais junto a Corporação Autónoma Regional e a Secretaria de Ambiente que deu como primeiro resultado a paralisação das atividades extrativas e o fechamento provisório da pedreira enquanto resolve a sanção e fechamento definitivo. As ações jurídicas estiveram acompanhadas de um acampamento que impedia a entrada e saída de veículos da propriedade onde se explora a mina.

Os manifestantes organizaram vários percursos dentro da área, vinculando a várias organizações sociais da região, acompanhantes internacionais e autoridades da prefeitura de Bogotá, como a secretaria de Ambiente, que pode constatar as ilegalidades que os vizinhos denunciaram. Comunidade de Ciudad Bolívar consegue fechar a pedreira, Colômbia Informa, 20 de maio, 2015.

O deslocamento forçado das terras é o objeto do protesto de Benilda Márquez e de Assomuproca, associação composta por 75 mulheres. Em sua luta não só enfrentam às FARC e a estrutura da guerrilha mas também a impunidade por parte do governo. “A impunidade é o mais preocupante. O governo colombiano acrescenta mais obstáculos ao processamento dos autores das violações de direitos humanos”, lamenta Esteban Beltrán, diretor da Anistia Internacional Espanhola, durante uma roda de imprensa em Madri. Para Beltrán, a restituição das terras deve ser um dos principais pontos do processo de paz. 80% da terra estão nas mãos de 14% dos proprietários.

O problema endureceu em meados dos anos 90. Benilda Márquez, como muitas outras mulheres, recebeu uma terra do estado, ao norte da Colômbia, que logo começou a receber “visitas” por parte das guerrilhas e dos grupos paramilitares. Em sua intervenção no ato organizado por AI e a Fundação Advocacia Espanhola, disse que naquele momento imperou a lei do silêncio. “Tínhamos que fazer o que eles diziam. Companheiras foram violentadas sexualmente. Saíamos e entrávamos... quando denunciávamos os enganados e os calotes, mataram a nossa líder, Luisa”. Depois de três anos, entre ameaças e homicídios, tiveram que abandonar suas casas e suas terras. O Estado ainda não reconheceu o despojo. Muitas mulheres se foram a seus municípios, mas outras persistiram na luta pela recuperação das terras. Passados vários anos desde que a Associação de Mulheres Produtoras do Campo iniciaram a reclamar os territórios e desde então tem visto casas queimadas, assassinatos coletivos. Alberto Ortiz, Mulheres sem terra na Colômbia: Contra o Governo, as guerrilhas e as multinacionais, 26 de maio, 2015.

A Rota Pacífica das Mulheres entregou em Medellín um primeiro relatório de 73 páginas sobre os avanços da Lei de Restituição de Terras e o acesso das mulheres à propriedade rural, uma informação de sumo valor, pois se ocupa de uma situação complexa para as mulheres do campo enquanto à insegurança jurídica das mesmas com



respeito à terra, um assunto do qual pouco se sabe e no qual o governo nacional não conta com ferramentas para ler e entender as necessidades das populações camponesas, e em especial das mulheres. Ocorre que as mulheres não são alheias ao conflito armado colombiano, pois são elas que têm sido afetadas diretamente pelo deslocamento e pelo abandono forçado de seus territórios.

Como enfatiza o relatório do Centro Nacional de Memória Histórica, são os homens que perdem a vida na guerra colombiana, mas dentro do relatório da Rota Pacífica são majoritariamente as mulheres que foram deslocadas. A investigação foi realizada nos departamentos de Santander, Antioquia e Cauca, regiões altamente afetadas pela concentração de terras: Somente em Urubá foram apresentadas 5.912 solicitações de restituição, e onde os programas de desenvolvimento rural do Estado fizeram alguns avanços como a restituição coletiva a quatro comunidades indígenas de Chocó. A investigação também

demonstrou a pouca ou nula informação que tem as mulheres rurais sobre como acessar à terra, e a não aplicação do enfoque diferencial, em especial na lei 1448 segundo o que sentenciou a Corte Constitucional em várias ocasiões. A porta voz da Rota Pacífica fez um chamado às instituições e aos funcionários encarregados de aplicar a lei, para que a política rural e de vítimas responda às necessidades reais das mulheres rurais e não a enfoques familistas que o que fazem é invisibilizar as mulheres dentro do grupo familiar. A advogada Alejandra Coll, que apresentou o relatório para cerca de 150 mulheres de organizações sociais de Medellín, enfatizou que segundo a investigação, “na Colômbia há 3.480.000 mulheres registradas como vítimas do conflito armado”. Destas, 1.704 solicitaram em seu nome a propriedade despojada e não há clareza sobre as mulheres que podem estar incluídas em outros núcleos familiares em processos de restituição de terras. A situação se agrava, pois, as mulheres ao não serem proprietárias, não podem acessar a crédito como é exigido pelo sistema financeiro para apoiar projetos produtivos, o que significa que além da restrição para o acesso a terra em razão do conflito armado, as mulheres também encontram obstáculos para acessar aos serviços das entidades financeiras. Catalina Vásquez Cárdenas, Colômbia: O acesso à terra para as mulheres, um objetivo para alcançar a paz, 3 de junho, 2015.

Várias organizações sociais solicitam a revogação imediata do Plano de Manejo Ambiental do Programa de Erradicação de Cultivos Ilícitos com o herbicida glifosato (PECIG) e desaconselhar o uso de outros herbicidas. A solicitação foi realizada depois de receber a resposta do ministro da Justiça à petição formulada ao Conselho Nacional de Estupefacientes de suspender as pulverizações aéreas com glifosato e outros químicos. A petição está respaldada com mais de 25.000 assinaturas. As organizações assinantes denunciaram a pouca efetividade da erradicação aérea na guerra contra as drogas, e os altos custos na saúde humana, ao ambiente, à segurança alimentar, o deslocamento e a perda de confiança no Estado. Estes argumentos dão suporte para as recomendações da Comissão Assessora para a Política de Drogas, apresentadas ao ministro da Justiça um dia antes que o CNE decidiu “suspender o uso do glifosato no programa de erradicação de cultivos ilícitos mediante aspersão aérea”. A determinação de sete dos oito membros do Conselho se fundamentou no estudo da IARC da OMC que qualificou o glifosato como

“provavelmente cancerígeno”. Grupo Semillas, Exigem revogação do Plano Ambiental que permite uso de herbicidas nas pulverizações contra cultivos de uso ilícito, 8 de junho, 2015.

Ao menos 40 mil tolimeses se mobilizaram em Ibagué para rechaçar categoricamente a exploração da mina La Costa pela transnacional AngloGold Ashanti, pois coloca em risco os rios, quebradas e riachos, o mesmo que a fauna e a flora. Os tolimeses desfilaram pelas principais ruas de Ibagué (Tolima) no Dia Internacional de Maio Ambiente, em defesa dos recursos naturais, especialmente o hídrico, e contra a política neoliberal da locomotiva mineiro-energética do presidente Juan Manuel Santos Calderón, que se expressa nas multinacionais e transnacionais. A palavra de ordem que mais se escutou durante o longo e vistoso recorrido foi “água sim, mina não”. É um clamor generalizado que vai crescendo em todo o departamento de Tolima, na medida em que as comunidades rompem o emaranhado de mentiras dos meios de comunicação e descobrem os efeitos que gera a mega mineração a céu aberto. Houve presença da juventude, mulheres, camponeses, indígenas, crianças e cidadãos. A gigantesca massa entrou no parque Manuel Murillo Toro, onde foi lida sua declaração política em defesa da água, a vida e o território. “Água sim, mina não”, sétima marcha carnaval em Tolima. Agencia Prensa Rural, 8 de junho, 2015.

Entre 1990 e 2014, as importações agrárias custaram à Colômbia 46 milhões de dólares e pesaram 151 milhões de toneladas. Todos os produtos comprados no exterior poderiam ter sido produzidos no país, mas terminaram destruindo o agro nacional. Em 1990 se importava apenas 10% dos 10.300.000 toneladas que hoje se compram fora, equivalentes a 27% do total de alimentos que se produzem para o consumo interno, com gravíssima perda da soberania alimentar. Pelo livre comércio decidido pelos banqueiros globais para substituir produção e trabalho nacional por estrangeiros, e promovido pelo ex presidente César Gaviria e seus sucessores, desapareceram mais de dois milhões de hectares de cultivos transitórios. Os fatos demonstram que Colômbia segue vendendo no exterior o mesmo que antes de 1990: café, banana e flores, mas quantidades insignificantes de produtos tão exóticos que muito no mundo sabem que existem. Quanta ruína e atraso produtivo, quanto desemprego e pobreza



significam umas importações absurdas? Quanta capacidade de gerar economia interna – camponesa, indígena e empresarial – destruíram e dilapidaram com a estratégia enganosa de cacarejar sobre as exportações que não aconteceram em 25 anos, não vão acontecer, para ocultar que as importações sim acontecem impreterivelmente porque poderes descomunais as alavancam com práticas que de livres não tem nada? Jorge Enrique Robledo, O livre comércio sim acaba com o agro colombiano, 11 de junho, 2015.

O projeto de lei 223 que cria as Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural, Econômico e Social (ZIDRES) representa uma ameaça ao pretender legalizar a acumulação de baldios, abrir as possibilidades para a expropriação ao considerar as ZIDRES como zonas de utilidade pública e interesse social e favorecer a concentração da

terra. Claro que é urgente garantir uma verdadeira segurança jurídica entorno da propriedade da terra, mas não encaminhada a legitimar a expansão do latifúndio e sim a evitar um maior detrimento do patrimônio público, preservar a função social dos baldios, facilitar o acesso progressivo a população rural e proteger o direito ao território dos povos indígenas, as comunidades negras e os camponeses. Ao menos em cinco ocasiões o governo de Santos tentou sem êxito mudar a lei com o propósito de eliminar os limites à concentração da Terra. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2010-2014 introduziu vários artigos que permitiam superar a restrição da UAF mas em 2012 foram declarados inexecutável pela Corte Constitucional. Uma segunda tentativa consistiu no projeto de lei de investimento estrangeiro, que pretendia que a lei 160 só fosse aplicada às terras baldias adjudicadas depois de 1994. Depois foram tramitados três projetos de lei (conhecidos como Urrutia, Lizarralde e projeto de lei 133) que não prosperaram. O último foi retirado do Congresso, segundo o governo, porque desde diferentes setores foi apontada a necessidade de ampliar a discussão



desta iniciativa e buscar os consensos que permitam facilitar seu sucesso no Congresso da República e, segundo o representante Arturo Yepes, devido ao inconveniente que se apresentou pela recusa contra alguns membros da Comissão que têm propriedades na altillanura ou que têm grandes extensões de terra em qualquer lugar do país, que foram apresentadas por algumas organizações camponesas.

Antes mesmo de um mês, o governo apresentou o novo Projeto de Lei 233, cujo propósito, uma vez mais, consiste em modificar o atual regime de baldios para deixar sem aplicação os limites da UAF nas denominadas ZIDRES. Estas se definem como áreas distantes dos centros urbanos, com baixa densidade populacional, elevados índices

de pobreza, que carecem de infraestrutura mínima para o transporte e comercialização e que demandam altos custos de adaptação produtiva por suas características agroecológicas e climáticas (artigo 1). Uma definição tão frouxa e subjetiva que poderia ser aplicada com arbitrariedade a uma boa parte das áreas rurais da Colômbia. O projeto prevê que pessoas jurídicas, naturais ou empresas associativas podem formular projetos produtivos para executar nas ZIDRES, que seriam assistidos por linhas de crédito e incentivos especiais quando integrem como associados ao pequeno ou médio produtor. Nas ZIDRES estas empresas ou particulares poderiam solicitar em concessão, terras baldias para implementar projetos produtivos, ou inclusive adquirir em propriedades áreas com antecedentes de baldios (artigo 9). O limite de extensão de terra que poderia ser adquirida seria determinado pelo projeto produtivo, o que na prática significa eliminar a restrição da UAF.

O projeto fragiliza os direitos dos proprietários à terra, já que ao considerar as ZIDRES de utilidade pública e interesse social (artigo 1), existe a possibilidade que sejam expropriadas de conformidade com o artigo 58 da Constituição Política da Colômbia. A Controladoria Geral da República já se pronunciou contra o projeto de lei apresentado antes pelo ministério de Agricultura (cujo conteúdo basicamente foi retomado no atual projeto) ao considerar que “que legaliza uma tipologia de detrimento patrimonial em relação com a apropriação e acumulação indevida de baldios”. Ao aplicar-se o que propõe o projeto de lei, os casos denunciados de concentração de baldios poderiam ser apresentados como projetos produtivos e a acumulação irregular ficaria legalizada. Esta possibilidade resultaria viável como parte do plano de ordenamento social da propriedade que segundo o artigo 12 do projeto de lei permite sanear as situações imperfeitas garantindo a segurança jurídica, nas zonas que se declarem como ZIDRES, Oxfan Colômbia, Projeto de Lei 233 ZIDRES: Via livre para a concentração de terras na Colômbia, 18 de junho, 2015.

Os acordos de paz com as guerrilhas colombianas em 1958 e o triunfo da Revolução Cubana em 1959 foram elementos chaves para que o campesinato levantara com força a proposta da concreção de uma lei de reforma agrária. A luta camponesa se organizou e um de seus grandes líderes, levantado em armas e depois anistiado pelos acordos de paz, Juan de la Cruz Varela, foi eleito senador da República. Este apresentou o projeto



de lei 74 de 1960 com contrapeso ao projeto do governo desse momento. A lei 135 de 1961 foi o resultado da pressão camponesa e da correlação de forças internacionais favoráveis às políticas de reforma agrária em nosso continente. Resultado da lei se criou o Instituto Colombiano da Reforma Agrária (Incora), o que deu um novo auge ao movimento camponês e permitiu a entrega de terras a centenas de famílias camponesas. Mas esta lei foi de caráter marginal e nunca pôs em perigo a estrutura latifundiária do país, ainda que deixou nervosos, os governantes de extensas regiões do território nacional, o que finalmente deu origem a uma nova espiral de violência, ao nascimento das atuais guerrilhas e pôs um ponto final ao Acordo de Chicorral em 1972, agenciado pelo governo de Misael Pastrana Borrero, que permitiu o desmonte do pouco alcançado pelo campesinato em matéria de política agrária.

A partir deste momento e até hoje, não param a violência e o despojo contra os camponeses. O surgimento de Fensa em 1976, e Fensuagro em 1997, é a resposta do campesinato mais consciente que retomou o legado da luta pela reforma agrária, única possibilidade real de encontrar uma saída para a crise estrutural que agoniza o campo colombiano.

A constituição de 1991 negou o reconhecimento ao campesinato como ator social e sujeito de direitos sociais e políticos que por meio da economia camponesa aporta à nação uma

enorme riqueza que se condensa no abastecimento de 70% dos alimentos que consomem os colombianos, ainda apesar das políticas aberturistas e de livre mercado que chegaram com a última carta magna. Os camponeses mantiveram seu espírito de luta e combatividade com iniciativas como o Mandato Agrário em uma tentativa de se reagrupar e buscar a unidade como única via possível para derrotar, para sempre, as políticas opressivas e mercantilistas que condenam o campesinato à miséria e ao desaparecimento. A parada agrária de 2013 e a criação da Convenção Agrária, Étnica e Popular, são a pedra angular na edificação do novo horizonte, a que corresponde empreender a luta pela recuperação da soberania alimentar, a desprivatização da água, a recuperação dos paramos, a defesa do território, a custódia das sementes nativas, o reconhecimento dos direitos camponeses, a democratização da propriedade da terra, a liberdade de organização, mobilização e expressão, a agroecologia e o reconhecimento da economia camponesa, a unidade operário e camponesa e a conquista da paz com justiça social. O XI Congresso da Fensuagro deve assumir estes objetivos e avançar no fortalecimento e na unidade do movimento camponês, do movimento sindical e popular. Vamos com decisão pela paz e pelo reconhecimento dos direitos camponeses. Eberto Diaz Montes, Perspectivas e lutas do campesinato na Colômbia, 19 de junho, 2015.

Ataques, políticas, resistência, relatos

Documento Constitutivo da União de Cientistas Comprometidos com a Sociedade e a Natureza da América Latina (UCCSNAL)

19 de junho 2015

Em homenagem póstuma ao doutor Andrés Carrasco (1946-2014)
Presidente Honorário Permanente

30

Vivemos uma crise civilizatória global sem precedentes em todas as esferas das atividades humanas, à que nos levou o capitalismo e modelos similares que separam o ser humano da natureza. Suas principais manifestações são uma iniquidade socioeconômica que não para de se aprofundar, o crescente exercício do poder mediante a violência, o avassalamento da diversidade biológica e cultural, e um conjunto inumerável de desajustes ambientais. Na América Latina, a expansão do extrativismo e o agronegócio abonaram esta crise submetendo nossos territórios e seus habitantes a um incessante despojo e extinção.

Desde o discurso dominante, se decidem as soluções científico-tecnológicas um rol cada vez mais preponderante na resolução das crises, deslocando a discussão ético-política de fundo.

No entanto, a geração e uso do conhecimento científico tecnológico estão cada vez mais comprometidos com dar resposta às demandas das corporações que impulsionam o modelo que nos levou a esta crise e cada vez menos a serviço dos povos. A crescente tendência à privatização do conhecimento, em declínio do seu uso público vai em consonância com a ciência cada vez mais funcional aos interesses do corporativismo capitalista (o grande capital), tendência que se manifesta no estímulo ao patenteamento do conhecimento a nível acadêmico e na crescente tendência à privatização de entidades públicas de pesquisa e educação superior.

São as comunidades locais, os povos indígenas, os camponeses e camponesas, os recoletores e recoletoras, os habitantes das periferias das cidades, que estão enfrentando a destruição de seus sistemas de vida, à ruptura de suas redes comunitárias e a concentração de seus territórios, sendo eles, ao mesmo tempo, que com suas lutas, seus saberes ancestrais, seus exemplos de convivências e sua concepção de bem viver e sua organização que plantam sementes emancipatórias para reconstruir os paradigmas necessários para enfrentar estas crises.

Diante deste panorama os abaixo assinados (pesquisadores, professores e estudantes, dedicados a trabalhos de pesquisa e ensino superior),

decidimos formar a União de Cientistas Comprometidos com a Sociedade e a Natureza da América Latina (UCCSNAL) com o objetivo de:

1. Propiciar uma reflexão crítica sobre a natureza dos processos sociais de construção da ciência e a tecnologia, seus produtos e seus impactos.
2. Promover a discussão sobre o papel e a responsabilidade dos estudantes, cientistas e acadêmicos no desenvolvimento do conhecimento e suas aplicações.
3. Gerar conhecimento com base na pesquisa contextualizada, com o auxílio de nossas disciplinas, em um espaço interdisciplinar de debate, orientado a apoiar, acompanhar, e fortalecer os processos sociais e as lutas na defesa das comunidades e a natureza.

O conhecimento científico e tecnológico, em particular aquele desenvolvido em um conjunto reducionista, sem o devido controle social, contribuiu para criar problemas ambientais e de saúde, com alcances muitas vezes catastróficos e irreversíveis, ou, se têm solução, esta costuma ser difícil e cara.

De forma crescente, a ciência e a tecnologia são postas ao serviço da acumulação do capital e do exercício ilegítimo de poder, incluindo o desenvolvimento de tecnologias com imensa capacidade destrutiva.

É necessário que as sociedades dos países de nossa região possam decidir sobre as políticas de ciência e tecnologia. Nestas decisões devem participar não só os cientistas de diversos campos, do saber, mas também as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e representantes legítimos dos diferentes grupos sociais.

Resulta imperativo aplicar os princípios de precaução e de prevenção. Mas, em vez de respeitar estes princípios éticos, com frequência os interesses políticos ou econômicos conduzem à exploração prematura de tecnologias cuja segurança e inocuidade não estão garantidas ou são comprovadamente daninhas.

Um dos exemplos mais dramáticos é o desenvolvimento de cultivos transgênicos que claramente descreveu Andrés Carrasco em seu último documento público, conhecido depois de sua desaparecimento física: “O transgênico altera direta ou indiretamente o estado funcional de todo o genoma como o demonstra a instabilidade da resposta fenotípica de um mesmo genótipo no meio ambiente. Na ignorância da complexidade biológica (hoje falamos de desenvolvimento



embrionário, evolução e ecologia como um sistema inseparável) se percebe a presença de um insumo essencial: a dimensão ontológica do gene. Não reconsiderar este conceito clássico do gene como unidade fundamental do genoma rígido concebido como um “mecano”, uma máquina previsível a partir de sua sequência (classificação) dos genes e seus produtos que podem ser manipulados sem consequências, expressa o fracasso e a crise teórica do pensamento reducionista de 200 anos”. [i]

Frente a estes e outros problemas similares, manifestamos nossa convicção de que o que fazer científico deve se desenvolver de uma maneira eticamente responsável e com um claro compromisso com a sociedade e a natureza, privilegiando os princípios de sustentabilidade, equidade, democracia participativa, justiça sócio ambiental e diversidade cultural. Assumimos a necessidade de repensarmos os mecanismos de geração de conhecimentos dos modelos científicos vigentes, buscando novos paradigmas, que contemplem a complexidade, a diversidade e a incerteza, e o benefício para as grandes maiorias. Finalmente, a pesquisa científica e tecnológica pode e deve ser conduzida sobre um pluralismo de estratégias, rechaçando as que se enquadrem em uma abordagem descontextualizada, e buscando as que permitem pesquisas que integram e articulam as dimensões ecológicas, sociais e culturais dos povos. [ii]

Pelo anterior fazemos a seguinte

Declaração

O conhecimento científico e tecnológico é sempre parte de um processo social, atravessado por tensões, conflitos e interesses. Nunca é absoluto e definitivo, sempre é susceptível a mudanças, revisões e está sujeito permanentemente ao debate.

A realidade é complexa assim como os fenômenos que estão por trás da crise civilizatória do mundo atual. Por isso é necessário fortalecer as instituições e iniciativas enfocadas no estudo de sistemas complexos desde uma perspectiva holística, abrindo as ciências aos métodos multidisciplinares, assim como ao diálogo das ciências com outros saberes.

Não devemos esquecer que a humanidade desenvolveu durante milhares de anos uma quantidade inumerável de saberes, práticas e conhecimentos diversos que são a base sobre a qual foram edificados todos os conhecimentos atuais, e que estes são uma fonte imprescindível para enfrentar os desafios, que como humanidade, teremos pela frente.

Em virtude de que os sistemas científico-tecnológicos são também geradores de ameaças sociais e ambientais, é imprescindível desenvolver análises integrais e críticas de seus processos e aplicações. A este respeito se deve enfatizar o



imperativo ético de aplicar os princípios de prevenção e precaução nas situações e contextos pertinentes.

Deve-se promover as análises desde a filosofia e as ciências sociais entorno dos impactos da ciência e a tecnologia na sociedade e na natureza. Devem-se analisar de maneira crítica as teorias e práticas científicas para modificar as relações de poder em seu ceio. Rechaçamos as ideologias que fomentam atitudes e tendências mercantilistas, mecanicistas, reducionistas, sexistas, racistas e elitistas, muitas das quais permeiam linguagens, códigos de comunicação e conceitos que se escondem nas teorias e práticas científicas.

É necessário gerar espaços permanentes para o debate social entorno de que e para quem é a ciência e a tecnologia que se deseja promover, e decidir coletivamente os temas e modalidades de produção científica e tecnológica que se desenvolvem em função das necessidades sociais que se prioriza atender e o tipo de sociedade que se deseja construir e valorizar e dialogar apropriadamente com os conhecimentos tradicionais que muitas vezes são produto de práticas milenares.

É imprescindível que todo processo de geração e aplicação de tecnologias na sociedade seja convalidado pela licença social e ambiental correspondente, fruto de legítimos processos participativos que tenham como eixo o respeito pelas culturas, os territórios, os mecanismos de decisão e os sistemas sociais locais.

Compromissos para uma agenda comum

A União de Cientistas Comprometidos com a Sociedade e a Natureza da América Latina se propõe os seguintes compromissos e estratégias:

1 – Analisar desde perspectivas multidisciplinares os conhecimentos científicos já existentes, recentes ou em processo de conclusão, suas aplicações e riscos para a sociedade e a natureza em seu conjunto.

2 – Abrir os debates da ciência e a tecnologia rumo a um diálogo de saberes propiciando a maior participação pública possível.

3 – Apoiar, acompanhar e fortalecer os trabalhadores da educação e da saúde, as organizações das sociedades civis, os movimentos sociais e comunidades locais em seus processos de resistência contra o saque, a contaminação em seus territórios e destruição dos ecossistemas.

4 – Analisar crítica e propositivamente as políticas públicas e o papel das corporações, no desenvolvimento da ciência e a tecnologia na América Latina, assim como a forma em que se realiza, legitima e avalia o trabalho científico e os métodos, conteúdos e propósitos com que se formam os novos pesquisadores.

5 – Promover a formação de novos cientistas com consciência de suas responsabilidades éticas e sociais, com capacidades críticas e autocríticas, abertos ao trabalho multidisciplinar, respeitoso com outras práticas cognitivas e abertos ao diálogo de saberes.

6 – Contribuir com a discussão e assimilação crítica de novos paradigmas e de valores éticos dentro das práticas científicas e tecnológicas.

7 – construir um acervo de estudos críticos entorno do papel da ciência e da tecnologia na sociedade.

8 – Produzir relatórios científicos alternativos à aqueles elaborados desde a ciência hegemônica, especialmente quando estes invisibilizam um problema socioambiental no processo de tomada de decisões, na opinião pública e na sociedade em geral.

9 – Promover o diálogo com outros saberes, como as artes, as quais nos exigem a busca de conhecimento desde outras concepções filosóficas e

metodologias insubstituíveis para alcançar uma compreensão holística da realidade.

- a. Participar ativamente das pesquisas contextualizadas em função das demandas e necessidades da sociedade.
- b. Promover a articulação entre diferentes grupos de cientistas, acadêmicos e movimentos sociais que compartilham as preocupações e os compromissos anteriores na América Latina e no mundo.

Em suma, nós, os pesquisadores, professores e estudantes dedicados ao que fazer científico, tecnológico e social nos comprometemos a contribuir na aplicação social, criativa e libertária do conhecimento, e assim reverter aquelas tendências destrutivas sobre a natureza e a sociedade que a modernidade baseada na ciência reducionista está gerando. Trata-se de um compromisso ético para fomentar uma prática científica transparente e autocrítica.

Propostas

1. Frente aos transgênicos, fazemos nossas, mais uma vez, as palavras do doutor Andrés Carrasco: “É uma tecnologia que já não forma parte do estado da arte da ciência atual, porque está baseada em supostas falácias e anacronismos que

reduzem e simplificam a lógica científica que os defende, ao ponto de já não ser válida. Os transgênicos ficaram a margem da ciência mais rigorosa. Ao mesmo tempo, é a razão pela qual os transgênicos incluem a necessidade de destruir as matrizes complexas, como a dos povos originários. Um verdadeiro plano de extermínio de saberes, culturas e povos. A tecnologia transgênica é o instrumento da decisão geopolítica para a dominação colonial destes tempos”. E sua proposta: “Pelo acima citado, a ativação do princípio da precaução ambiental, biológica e alimentar e a não aceitação da equivalência substancial, deve ser imediata. Mais ainda, devido à debilidade e a falácia dos argumentos de seus defensores, é urgente a proibição absoluta de todo Organismo Geneticamente Modificado no território latino americano”. [iii].

2. Diante do uso de agrotóxicos ligado ao modelo de monocultivos agrícolas extrativistas impostos pelo agronegócio, o cultivo de sementes transgênicas e a expansão de uma agricultura baseada nos monocultivos destinados à agro exportação e à agroindústria, e diante das evidências sociais, médicas, científicas e agrônômicas que demonstram os riscos e incertezas que implicam para a saúde dos trabalhadores rurais, camponeses e camponesas, habitantes das zonas rurais e consumidores, é que propomos sua





proibição total e uma transição para um modelo de produção agroecológica.

3. Em relação ao extrativismo mineiro e petrolífero, que produzem impactos negativos sociais e ambientais, assim como locais e globais em todas as suas fases (prospecção, extração, transporte, transformação e consumo), incluindo o deslocamento de comunidades locais, destruição de ecossistemas naturais, cambio climático, etc., propomos avançar para uma sociedade pós-extrativista, com uma geração de energia descentralizada, limpa, sustentável, que não crie dependências para a população.

4. Nos comprometemos também a abordar outras problemáticas sócio ambientais, como o avanço do desmatamento, a erosão e a desertificação dos solos, a sobre pesca, a produção industrial de animais, o impacto dos monocultivos florestais, os impactos de grandes obras de infraestrutura (represas hidroelétricas, centrais nucleares, etc.) a emergência de novas tecnologias que atentam contra a sociedade e a natureza.

5. Levando em conta o modelo extrativista e a demanda de água como insumo principal e como meio receptor da contaminação derivada, propomos gerar ações orientadas a garantir o acesso à água segura de maneira igualitária para todos os povos da América Latina, essencial para o desenvolvimento de uma vida sadia e, conjuntamente, promover sua declaração como um Direito Humano.

6. Frente ao avanço da resistência microbiana, resposta natural dos micro-organismos, acelerada pelo uso massivo e indiscriminado de antibióticos, cujos efeitos sobre o uso contínuo em seres humanos e natureza são imprevisíveis, pois os micróbios estão na base dos processos biogeoquímicos do planeta, sustentamos que é urgente suplantarmos a metáfora da guerra na relação seres humanos – germes por “uma metáfora mais ecologicamente fundamentada, que inclua o ponto de vista dos germes sobre a infecção”. [iv] Neste

marco, nos comprometemos a investigar o fenômeno global da resistência bacteriana aos antibióticos desde a perspectiva da saúde dos ecossistemas e promover equidade.

7. Reafirmamos nosso respeito à vida em todas as suas formas, pelo que nos opomos a sua mercantilização, seja através de seu patenteamento ou outras formas de direito de propriedade intelectual, a venda de serviços ambientais, sua financeirização e outras formas similares que promovem a privatização da natureza.

Rosário, Argentina, Junho de 2015.

Primeiras assinaturas

Jaime. E. García, Red Coordinación Biodiversidad, Costa Rica. Alejandro Espinosa Calderón, UCCS-México. Gerardo Segovia, La crimpo salud. Mov. Salud de los Pueblos, Argentina. Margarita Tadeo Robledo, UNAM, México. Miriam Mora, UDA, Ecuador. Arturo Quizhpe, ReAct L.A, Ecuador. Jose Orozco D., Universidad Nacional Colombia, Colombia. Hernán Sacoto, Universidad del Azuay, Ecuador. Cristina Arnulphi, Universidad en Defensa de los Bienes Comunes, Argentina. Rubens O. Nodari, Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil. Eduardo Espinoza, Ministerio de Salud, El Salvador. Delia Aiassa, UNRC, Argentina. Armando Cassinera, Conicet, Argentina. Marcela Bobatto MSP-LA, Mov. Mundial Salud Pueblos, Argentina. Pablo Galeano, Univ. de la República, Uruguay. Luis Enrique Olarte, Foro Latinoamericano Salud Rural, Argentina. M. del Carmen Seveso, Red de Salud Carrillo, Argentina. Damián Verzeñassi, Instituto Salud Socioambiental FEM, Argentina. Elizabeth Bravo, RALLT, UPS, Ecuador. Carlos A. Vicente, GRAIN-Acción por la Biodiversidad, Argentina. Alicia Massarini, UBA/Conicet, Argentina. Adolfo Maldonado, Clínica Ambiental, Ecuador. Jorge Parra, React. Latinoamericana, Ecuador. Damián Marino, UNLP, Conicet, Argentina. Tomás M. MacLoughlin, UNLP, Argentina. Inti E. Sabanes R. UNLP, Argentina. Lucas Leonel Alonso, UNLP, Argentina. Camila Stimbraun, UNLP / Argentina. M. Lucrecia Orofino, UNLP, Argentina. Esperanza Holguin, React LA, Colombia. Santiago Vittori, UNLP, Argentina. Giovana Bonisoli, UNRC, Argentina.

Notas

[i] Declaração Latino americana por uma Ciência Digna – Pela proibição dos transgênicos na América Latina, Andrés Carrasco, 16-6-2014. Ver aqui

[ii] Esta é a reivindicação do pluralismo metodológico proposto pelo filósofo Hugh Lacey.

[iii] Ídem

[iv] Joshua Lederberg, Infectious history. Science Magazine: aqui

[v] Declaração sobre resistência aos antibióticos. Genebra, 2014. 15 pp., ver aqui <http://uccsna.org/?p=18>



Tribunais de arbitragem o TTIP e a privatização da Justiça

Juan Hernández Zubizarreta y
Pedro Ramiro

Dentre todos os aspectos jurídicos questionáveis que inclui o Tratado Transatlântico de Comércio e Investimentos entre a União Europeia e Estados Unidos (TTIP), muitos deles complicados de analisar e de ser compreendidos pela opinião pública, o que teve uma maior transcendência foi, precisamente, o mecanismo de solução de controvérsias Investidor-Estado – conhecido como ISDS, por sua sigla em inglês – que inclusive a possibilidade de recorrer a tribunais internacionais de arbitragem. Na América Latina de oitenta e nove, mecanismos similares deram lugar a dezenas de demandas das multinacionais contra Estados

que queriam modificar condições dos contratos, o que promove opacidade das negociações e falta de legitimidade democrática, convergência reguladora e a baixa harmonização normativa, desregulação de obrigações e re-regulação de direitos.

De fato, quando ha uns meses a Comissão Europeia pôs em andamento uma consulta pública sobre a inclusão de mecanismos ISDS no TTIP e em outros tratados de “livre comércio”, 97% da cidadania europeia manifestou estar contra este sistema de arbitragem. Não parece difícil assumir que a criação destes tribunais privados, que se situam por cima dos próprios Estados e permitem às empresas transnacionais denunciá-los quando seus negócios podem ser afetados, supõe um ataque frontal à soberania das pessoas e povos da Europa e lhes impede, no marco de umas sociedades formalmente demo-

cráticas, exercer o direito a decidir sobre seus próprios destinos.

Lex mercatoria. A existência deste tipo de tribunais de arbitragem é um dos elementos característicos da Lex mercatoria. Assim, no novo Direito Corporativo Global, enquanto as obrigações das empresas transnacionais se remetem a uns ordenamentos nacionais submetidos à lógica neoliberal, a um Direito Internacional dos Direitos Humanos manifestamente frágil e a uma responsabilidade social corporativa (RSC) voluntária, unilateral e sem exigibilidade jurídica (direito brando ou soft Law), seus direitos se protegem mediante um ordenamento jurídico internacional baseado em regras de comércio e investimentos – os contratos assinados pelas grandes corporações: as normas e disposições da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional

(FMI) e o Banco Mundial, o Sistema de Solução de Diferenças da OMC e os citados tribunais de arbitragem – de caráter imperativo, coercitivo e executivo (direito duro). Dito de outro modo: para as multinacionais, a fortaleza da Lex mercatória: para as pessoas e os povos afetados por elas, a debilidade da “ética empresarial” e a “responsabilidade social”.

“Segurança jurídica”. Os tribunais internacionais de arbitragem têm uma função fundamental na arquitetura jurídica da impunidade: dotar de plena segurança jurídica os investimentos realizados pelas multinacionais frente aos Estados receptores. Este é o conceito dominante de “segurança jurídica”, baseado nas normas de investimentos e nos acordos de comércio bilaterais, multilaterais e regionais promovidos desde a OMC, o FMI e o Banco Mundial, que tem como único fundamento a proteção dos contratos e a defesa dos interesses comerciais das grandes companhias. Desta maneira, enquanto de deixa de lado o que deveria ser a verdadeira segurança jurídica – a que situa o direito internacional dos direitos humanos sobre o da Lex mercatória – e não existem instrumentos efetivos a nível internacional para o controle das empresas transnacionais, os laudos dos tribunais de arbitragem sim dão lugar a mecanismos coercitivos e são “sentenças” de cumprimento obrigatório, já que suas implicações econômicas resultam muito difíceis de suportar pelos países periféricos.

Privatização da justiça. A Corte permanente de Arbitragem com sede em La Haya, a corte de arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, o Sistema de Solução de Diferenças da OMC, o Centro Internacional

para o acerto de Diferenças sobre Investimentos (CIADI) do Banco Mundial, todos estes tribunais privados se constituem como uma espécie de sistema paralelo ao poder judicial, favorecendo as grandes empresas a margem dos poderes judiciais nacionais e internacionais. Nesta justiça privada, são as transnacionais as que demandam aos Estados – nunca o inverso – e elegem jurisdição para as sentenças de tribunais ordinários e não cabe recurso à falha arbitral. E mais, como afirma Luiz Rico, membro de Ecologistas em Ação e da campanha Não ao TTIP, “os juízes pertencem a uma panelinha da lei, e podem atuar às vezes como conselheiros das multinacionais, outra como fiscais, como árbitros. Podem ser juízes e parte”.

Soberania e “nossas empresas”. O fato de que o TTIP inclua o recurso a estes tribunais de arbitragem como principal mecanismo de resolução de conflitos entre grandes investidores e os Estados representa, sem dúvida, uma ameaça para o pleno exercício da democracia, da soberania e dos direitos sociais. Como, no mesmo sentido, foi para a América Latina nos anos oitenta e noventa a imposição do Consenso de Washington, que levou a maioria dos Estados da região a assinarem tratados comerciais e acordos de proteção de investimentos com os países centrais, permitindo – quando algum dos governos latino americanos, obedecendo à vontade popular, quis modificar as condições dos contratos – a interposição de dezenas de demandas frente ao CIADI por parte das empresas transnacionais europeias e estadunidenses. Na União Europeia estamos sofrendo agora os mesmos planos de ajuste estrutural, austeridade e discipli-

na fiscal que impuseram na América Latina dos anos oitenta e noventa do século passado. Hoje com o TTIP se restringe nossa soberania econômica na mesma medida em que a soberania latino americana se viu afetada pela chegada de “nossas empresas” há duas décadas.

Armadura Jurídica. “O submetimento a arbitragem de controvérsias entre os Estados e os investidores estrangeiros forma parte das obrigações assumidas nos tratados de proteção e promoção dos investimentos, em tratados de livre comércio e em outros similares”. Segundo Alejandro Teitelbaum, advogado e especialista em Direito Internacional, “os Estados renunciam assim a uma prerrogativa fundamental da soberania como é a competência territorial dos tribunais nacionais”. Assim, diante da armadura jurídica do capitalismo, se faz necessário reestabelecer esta competência dos tribunais nacionais, recuperar o papel dos parlamentos e por em marcha iniciativas legislativas populares. Junto a isso, no marco internacional, é urgente estabelecer uma normativa vinculante que neutralize a forte assimetria que existe entre a Lex mercatoria e o Direito internacional dos Direitos Humanos. Isto é, que anteponha os direitos das pessoas e dos povos aos interesses privados das grandes corporações.

* Juan Hernández Zubizarreta é professor da Universidad del País Vasco (UPV/EHU). Pedro Ramiro (@pramiro_) é coordenador do Observatório de Multinacionais na América Latina (OMAL) omal@omal.info

Nesta entrega, o Grupo Semillas nos revela:

Os dispêndios e despropósitos em nome do clima na Colômbia

Grupo Semillas

37

Os interesses particulares do capital global são reproduzidos de maneira submissa pelos governos de plantão em nossos países contra a preservação da natureza e as necessidades e realidades de nossos povos. Neste caminho carregado de interesses privados com visão mercantilista de todas as dimensões da vida, se desenvolve também o tema do cambio climático, que de maneira reducionista e linear se conceitua e modela como uma mudança quantitativa nas variáveis atmosféricas em longo prazo, vistas de maneira física, sem incorporá-las à vida que cada elemento cunha, sendo que a leitura é muito mais complexa, tendo em vista que se remete ao “sistema climático”, visto como um tecido de relações entre a atmosfera, os oceanos, continentes, massas de gelo e de neves e todos os demais seres da vida (solos, águas, árvores, animais, estrelas, seres humanos, em seus diferentes papéis e atividades mediadas pelos valores e as culturas que imprimem um tipo específico de relacionamento com seu entorno), como um sistema dinâmico caracterizado pelo intercâmbio de fluxos de energia, de matéria e informação, com a tendência a alcançar sempre um equilíbrio termodinâmico.

O fruto das inter-relações neste sistema é o clima, que ao longo do tempo apresenta alterações e mudanças próprias de um sistema dinâmico, produzidas antes da revolução industrial por seus componentes naturais e depois da revolução industrial, pelas atividades humanas nos países do norte mediante as emissões de gases de efeito estufa num nível superior às possibilidades de autodepuração do planeta. Os principais geradores são os países industrializados, mais de 70% do total, enquanto a América Latina e o Caribe contribuem com menos de 10% e a Colômbia com 0,36% das emissões totais.



A dinâmica do sistema climático produz comportamentos e evoluções dos processos que governam a atmosfera nas horas subsequentes (12, 24, 48 e 72 horas), é o que se denomina “o tempo atmosférico”, assim como flutuações em escalas de tempo que vão desde anos (variabilidade climática) há milênios (mudanças climáticas globais).

O cambio climático e a migração

Na linguagem da Conservação marco das Nações Unidas para o Cambio Climático, CMNUCC, quem “regula” politicamente este tema, a “migração”, se refere “às ações humanas e políticas encaminhadas a reduzir as fontes e emissões de gases com efeito estufa (GEI) assim como potencializar seus sumidouros” (IPCC, 2007), o que está diretamente relacionado com os

modelos de desenvolvimento dos países industrializados, maiores geradores destes gases e que em vez de reavaliar e reorientar seus modelos de produção e de consumo para diminuir as emissões que colocam o planeta em crise climática, adotam mecanismos e instancias que pelo contrário, lhes avaliza o negócio, onde diretamente ganham os de sempre – as empresas que vivem das crises climáticas -, mas, direta e indiretamente todos perdemos, porque as emissões vêm aumentando e a instabilidade climática no planeta também, ainda que, obviamente, afeta em maior proporção às populações em condição de vulnerabilidade social, econômica e exclusão política.

Um destes mecanismos é o Protocolo de Kyoto que em teoria: “Define a estrutura do mercado de carbono com objetivos quantitativos de redução de emissões para países desenvolvidos, assim como os mecanismos de mercado desenhados para diminuir o custo de sua implementação. Um destes mecanismos, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), permite que projetos de investimentos elaborados em países em desenvolvimento possam obter ingressos econômicos adicionais através da venda de créditos de carbono chamados Certificados de Emissões Reduzidas (CER), ao mitigar a emissão de gases com efeito estufa ou sequestrando dióxido de carbono da atmosfera (Projetos de Florestamento e Reflorestamento)”. Pelo contrário, na prática estes mecanismos aprofundam os desequilíbrios no sistema climático mediante atividades econômicas dos países industriais que desequilibram a natureza e as condições de vida dos povos, deixando uma mancha com maiores emissões de CO₂, como demonstra o observatório de Mauna Loa no Hawaii, com dados de maio em cada década no planeta.

Toda uma tropa de intermediação materializada em consultores, comerciantes de carbono, agencias multilaterais (Banco Mundial, BID) e organizações devotas a estas visões mercantis, leva grande parte do dinheiro designado para estas temáticas, que não transformam nem em uma mínima proporção os processos causais geradores da instabilidade climática.

Na Colômbia, ferve este tipo de projetos no marco dos mecanismos de desenvolvimento limpo. Neste mesmo caminho vem sendo implementada a estratégia nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas, REDD+, que pretende entregar dinheiro às famílias e comunidades dos “países em desenvolvimento” para “compensar” as emissões e danos gerados à natureza pelas atividades econô-

micas desenvolvidas em outros lugares, com a retórica de que assim se evita a degradação das matas, sendo ao contrario, um instrumento viciado que insita à degradação para poder acessar a estes programas, e mais que isso, afetam a autonomia dos povos em seus territórios com estes contratos que as comunidades assinam, convertendo-as em simples administradoras dos negócios de quem lhes dá dinheiro e por sua vez geram conflitos entre as comunidades de um lugar onde estão sendo afetadas por projetos que emitem gases.

Na Colômbia existe o Programa BIOREDD+, que executa USAID no Chocó biogeográfico, que conta com doze projetos com conselhos comunitários de comunidades negras, cinco deles localizados no Sul de Chocó (394.452 hectares), três em Buenaventura (248.606 hectares), e dois em Tumaco (140.870 hectares) variabilidade climática, processos extrativos e dispêndios.

As flutuações do sistema climático no curto prazo denominado variabilidade climática, se expressam nos fenômenos “El Niño e La Niña” que na linguagem politiquera são os “culpados” de todas as problemáticas socioambientais oscilantes entre os excessos de chuva e as secas, as quais se exacerbam com inúmeros desastres ocorridos. Tal visão facilitadora, reativa, midiática, insensível e ignorante, invisibiliza nos desastres ocorridos as reais contribuições dos efeitos do processo histórico de transformação do território seguindo modelos de desenvolvimento alheios que devastam a natureza e os suportes vitais para o “bem viver” das famílias, gerando desequilíbrios ecológicos, sociais e econômicos, por isso o professor Gustavo Wilches muito acertadamente manifesta que “os desastres naturais são antrópicos”.

Neste processo sistemático de degradações, as atividades humanas de grande escala se apoderam dos territórios, da água, arrasam a pele da terra (mediante a derrubada sistemática da diversidade de árvores nativas em ecossistemas e bacias hidrográficas), sugam e se apoderam das entranhas da terra mediante processos extrativos de hidrocarbonetos convencionais e não convencionais, mega mineração, hidroelétricas, agroindústrias, deixando múltiplos efeitos irreversíveis na natureza e na condição de existência dos diferentes seres vivos, como sucede em Guajira e César com o projeto Cerrejón, na Orinoquia com a extração petroleira.

No último fenômeno La Niña ocorrido entre 2010-2011, os excessos de chuva permitiram ver que as atividades extrativas que abatem massivamente as árvores nativas que protegem os solos e

os fluxos de água em quebradas, rios, desestabilizaram os solos e geraram um volume inumerável de desmoronamentos ou remoções em massa, que perturbam o livre fluxo das rodovias, assim como a busca por parte da água de seus territórios que ao longo do tempo vem sendo drenadas para estabelecer atividades como a pecuária extensiva ou monocultivos que quando vem às chuvas, a água volta a ocupá-los. É o caso da Mojana (Sucre), zona de deságue e equilíbrio dos rios Cauca, San Jorge e Loba, onde o governo de Uribe construiu uma terraplanagem elevada a um custo de 240 bilhões de pesos. Uma obra que se estende desde Caucasia e Nechí na Antioquia até Achí em Sucre, e que em vez de “acomodar as águas”, rebentou o dique pela força das águas no ciclo das chuvas de 2012, deixando uma situação pior da que antes existia.

Esta onda de desastres gerados pelas atividades humanas foram despercebidas pelas instituições do governo. Pelo contrário, culparam a natureza de tais circunstâncias. Ainda se recorda a frase de Santos “la maldita niña”, quando ele foi quem criou o Fundo de Adaptação com pessoa jurídica, autonomia orçamentária e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda e Crédito Público, mediante decreto 4819 de 29 de dezembro de 2010 com a missão de atender a construção, reconstrução, recuperação e reativação econômica e social nas zonas afetadas pelo fenômeno la niña 2010-2011, com critérios de mitigação e prevenção de risco.

Neste contexto apareceram macroprojeto concentrados na zona de Mojana, outros no sistema do canal do Dique, e reassentamentos de povoados como Gramalote e projetos dirigidos à reconstrução e melhoramento de rodovias, projetos de moradias, entre outros.

Os macroprojeto se desenvolveram de maneira desarticulada, repetem trabalhos de medição, cartografias, inventários, análises de solos, de aguadas e hidroclimáticos, como na zona de Mojana, região onde há vários anos estudam, calculam, recalculam e reelaboram de maneira recorrente modelos hidrológicos e climáticos que geram os elementos para reordenar as atividades humanas com base no bem comum, porque a natureza de fato está ordenada e busca seus espaços. Tampouco geram processos de inclusão social e cultural que levem em conta os saberes ancestrais de comunidades que sabiam e sabem conduzir de maneira harmônica suas relações com o ciclo da água nesta região, como é o caso do povo zenú que estabeleceu faz mil anos mais de quinhentas mil hectares com campos elevados para programar sistemas produtivos ancestrais,

altamente efetivos, eficientes e em equilíbrio regional dos ciclos de água.

A delimitação de paramos e banhados recalcula e estuda inúmeras vezes os solos a partir de levantamentos semi detalhados de solos ao longo de 3.875.737 hectares das áreas de influências de paramos e banhados da Colômbia. Identifica e espacializa padrões de distribuição edáfico, estuda de novo as características físicas e minerológicas, classifica taxonomicamente os solos, gera e atualiza cartografia básica, em nível de espécies, unidades ecológicas, cartografia de oferta potencial de serviços ecossistêmicos e ameaças aos banhados, aspectos socioeconômicos relativos ao ordenamento territorial para a caracterização de banhados, estudos cartográficos desde a perspectiva da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, etc. Tudo isto permite mostrar que os paramos e sua área de influencia além de suas cotas e medições quantitativas, uma vez que os paramos é parte de um grande ecossistema, onde sua sobrevivência depende das zonas de recarga, das selvas ou matas de nevoeiro, das matas andinas e basais, em geral, das selvas tropicais – e que unidos formam um macro sistema similar a nosso corpo humano, aonde o coração vai além do coração, está conectado com a cabeça e com os órgãos essenciais para seu funcionamento.

A visão e gestão parcial e fracionada nas instituições afeta também a sustentabilidade ambiental dos banhados, da cobertura glacial que por ano perde de 3 a 5 % com retrocesso glacial de 20 a 25 metros por ano. São estudos com visões fragmentarias que deixam de assimilar a natureza de maneira sistêmica e com esta visão especializada e parcial respaldam e cedem de bandeja estes frágeis e importantes ecossistemas à voracidade das empresas extrativas, e a isto se soma a submissão das instituições aos interesses particulares das mesmas. Além disso, são projetos implementados sem consultar os resultados de inventários de gases de efeito estufa realizados para a Colômbia, nem estudos climáticos onde se afirma que entre 1983 e 2012 sucedeu o período planetário mais quente em 1400 anos, pelo qual, se requer com urgência aliviar esta febre com pele verde diversa e nativa, fazendo a paz com a natureza e em favor do bem comum.

E pra completar, este “fundo de adaptação” deixa a reativação econômica de centenas de famílias afetadas em dezoito departamentos da Colômbia, como um projeto macro que fica nas mãos de Corpoica, quando se sabe que este instituto se encontra a serviço da Revolução Verde,



com propostas de monocultivos que homogeneízam os espaços mediante o desmatamento sistemático para o plantio de um só cultivo ou atividade (arroz, cacau, pastagens extensivas para pecuária leiteira, cana de açúcar, etc.), com o uso de sementes híbridas e transgênicas de empresas transnacionais (que contaminam nossas sementes crioulas e nativas), que propiciam o uso de agroquímicos (também de empresas transnacionais).

Com a desculpa de um uso “responsável”, embarcam às famílias camponesas em empreendimentos que ligam a venda de seus monocultivos em cadeias de comércio, onde regularmente os pequenos produtores terminam quebrados pelas condições assimétricas e unilaterais que estabelecem estes conglomerados.

É um macroprojeto que desconhece a crise que vive o chamado setor agropecuário na Colômbia, na cabeça e ombros dos pequenos e médios produtores em espacial, pelas mesmas políticas do Estado que historicamente, abandonaram os agricultores a sua sorte, preferindo as políticas de abertura econômica, o mercado internacional sustentado em bloqueios econômicos e externalidades que produzem os imensos

subsídios às produções dos países industrializados, assim como os TLCs que vão contra a produção nacional. É por isso que o critério para as famílias camponesas não é o monocultivo para vender nos mercados regionais ou nacionais, mas os policultivos que lhes garantem o sustento familiar e a provisão aos mercados locais e regionais.

Este projeto desconhece as culturas, valores e verdadeiras necessidades das famílias rurais, que necessitam reconstruir seu tecido social, suas autonomias, suas culturas de relação com o entorno, através do plantio de alimentos diversos em suas hortas que lhes geram autoconsumo e lhes garantem boa saúde e que, além disso, melhoram as relações no território, plantando solidariedades com as trocas de sementes, alimentos, trabalho voluntário. Fortalece também relações entre o campo e a cidade, garantindo alimentos saudáveis e diversos às populações urbanas mais próximas. As famílias camponesas em situação de vulnerabilidade necessitam de projetos construídos com elas para consolidar suas capacidades de autogestão. Para nada, projetos que multipliquem suas dependências e suas misérias.

<http://semillas.org.co/es/revista/derroches-y-desprop>

A revista Biodiversidad, sustento y culturas em versão digital, em espanhol, está disponível em:

<http://www.grain.org/article/categories/91-biodiversidad>

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina, disponível em:

<http://www.biodiversidadla.org>

Sítios Web das organizações da Alianza Biodiversidad:

GRAIN <http://www.grain.org>

REDES - Amigos de la Tierra <http://www.redes.org.uy>

ETC Group <http://www.etcgroup.org>

Grupo Semillas <http://www.semillas.org.co>

Acción Ecológica- Ecuador <http://www.accionecologica.org>

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina <http://www.viacampesina.org>

Acción por la Biodiversidad <http://www.biodiversidadla.org>

Red de Coordinación en Biodiversidad <http://redbiodiversidadcr.info/>

Sobrevivencia <http://www.sobrevivencia.org.py>

Centro Ecológico/Ipê, Brasil <http://www.centroecologico.org>

Sítio temático:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A Aliança Biodiversidade convida a todas aquelas pessoas que estão envolvidas nos trabalhos conjuntos em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação e apoio do fortalecimento dos processos sociais do continente.

Os fundos arrecadados através de doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da Revista Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Aliança Biodiversidade.

http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). É distribuída em versão eletrônica, gratuitamente, para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la devem enviar um e-mail com sua solicitação a:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados:

Correio eletrônico, Organização, Atividade principal da organização, Nome e sobrenome, telefone, País, endereço postal: CEP, Cidade, Estado.



Acción Ecológica



action group on erosion, technology and concentration



Ipé - Serra Litoral Norte
Assesoria e Formação em Agricultura Ecológica



red de coordinación en
biodiversidad

